



RELATÓRIO
DE GESTÃO
E CONTAS

2020

emip

ÍNDICE

01 Mensagem da Presidência 04

02 Covid-19 06

03 Exercício de 2020 09

3.1 Enquadramento

3.2 Organização

3.3 OMI

04 Evolução do Mercado de Derivados do MIBEL 12

05 Regulação 19

06 Sistemas de informação 21

07 Outras atividades 24

7.1 Leilões de colocação de produção em regime especial

7.2 Leilões de aprovisionamento do Comercializador de Último Recurso

7.3 Direitos de utilização de capacidade (gás)

7.4 Operações de Compensação pelo GTG

7.5 Desenvolvimento do projeto GPMC/OLMC

08 Perspetivas para 2021 28

09 Proposta de aplicação de resultados 30

10 Acionistas, órgãos sociais e participada 32

10.1 Acionistas

10.2 Órgãos sociais

10.3 Participada

11 Demonstrações financeiras e anexos a 31 de dezembro de 2020 34

12 Anexos 61

Certificação Legal das Contas

Relatório e Parecer do Fiscal Único

ABREVIATURAS

OMI

OMI – Operador do Mercado Ibérico

OMIP

OMIP – Pólo Português, S.G.M.R., S.A.

OMIClear

OMIClear, C.C., S.A.

OMIE

OMI – Polo Español, S.A.

OMIP, S.A.

OMIP SGPS

OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A.

OMEL

Operador del Mercado Iberico de Energía, Polo Español, S.A.



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2020

01

MENSAGEM DA PRESIDÊNCIA

O ano de 2020 foi marcado de forma indelével pela pandemia de COVID-19 e pelo impacto e disrupção causados em todos os sectores da sociedade. No que diz respeito aos mercados de energia, foram particularmente afetados pelas mudanças nos fundamentais do mercado, pela contração da atividade económica em resultado dos confinamentos e pela consequente diminuição dos consumos de eletricidade, pelo que a volatilidade foi um dos efeitos dominantes ao longo do ano.

Não obstante, neste cenário de incerteza, a União Europeia (UE) prosseguiu a trajetória no sentido do desenvolvimento dos mercados internos de eletricidade e gás e da descarbonização da economia. A Comissão Europeia, desde o final de 2019 sob a liderança da presidente Ursula von der Leyen, assumiu um programa ambicioso cuja principal iniciativa é o Pacto Verde Europeu (European Green Deal), que visa transformar a UE neutra em emissões de carbono até 2050. Assim, em 2020 foram alcançados alguns progressos significativos, nomeadamente no que diz respeito à promoção da eficiência energética, penetração de energias renováveis e redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE).

Neste contexto, o Grupo OMI é um ator de referência na transição ecológica sustentável e as sociedades que o integram estão na vanguarda das iniciativas da indústria no espaço europeu. Os operadores de mercado, OMIP e OMIE, e a câmara de compensação OMIClear estão envolvidos em várias iniciativas com forte componente de inovação na estruturação dos mercados de eletricidade e gás natural na península ibérica, com particular ênfase na criação de condições para a participação da produção renovável no mercado em formatos que ajudem ao seu desenvolvimento, em particular ao seu financiamento.

Em particular, o OMIP foi um interveniente de referência no segundo leilão de atribuição de reserva de capacidade de injeção na rede elétrica de serviço público portuguesa para eletricidade a partir da conversão de energia solar (energia fotovoltaica), realizado em agosto de 2020, tendo sido responsável pela operacionalização da licitação na sua plataforma de leilões. No leilão foi atribuída uma capacidade de 670 MVA, distribuída pelos 3 modelos de remuneração — regime de tarifa garantida, pagamento de compensação ao sistema e flexibilidade associada a armazenagem — e cujos resultados colocaram Portugal, à semelhança do que acontecera no primeiro leilão, na vanguarda a nível mundial.

A atividade operacional no mercado a prazo de energia elétrica do OMIP foi marcada por uma contração de -18% no volume negociado e liquidez, não obstante a tendência generalizada de crescimento verificada na zona espanhola e no resto da Europa. Para tal contribuiu de forma decisiva a cessação da atividade de compensação (clearing) de um dos bancos que exercia

o papel de Membro Compensador Geral na câmara de compensação OMIClear, com efeitos no final de 2020, e que causou constrangimentos à atividade dos seus clientes no mercado do OMIP. Assim, no mercado espanhol, os volumes totais negociados aumentaram 8% face a 2019, tendência que se verificou igualmente na generalidade dos mercados europeus. Nos principais mercados regionais destacaram-se a França, com um crescimento de +29% e a Alemanha com +12%. Dos principais mercados europeus, Itália foi a exceção e registou uma queda de -8% nos volumes negociados em relação ao ano anterior.

Estes números contrariam a tendência observada no ano anterior de alguma recuperação na dinâmica do mercado, traduzida na procura de soluções de contratação de mais longo prazo. Não obstante, o OMIP prosseguiu em 2020 o esforço no sentido da ampliação da gama de produtos que oferece ao mercado, nomeadamente através da extensão da curva de maturidade dos futuros de eletricidade para 10 anos. Sinal desse esforço é o facto de no dia 2 de julho terem sido registados no OMIP os primeiros contratos de futuros de eletricidade com vencimento a 10 anos.

Esta estratégia de ampliação de portfolio, muito virada à satisfação das necessidades dos agentes de mercado, conjuntamente com o elevado nível de serviço e atenção ao cliente sempre proporcionado pelo OMIP, confere à nossa empresa a confiança e o ânimo necessários para fazer face aos desafios com que se defronta, em particular o feroz aumento da concorrência bem como o cada vez mais exigente enquadramento legislativo e regulamentar aplicável à sua atividade.

Deste modo, a linha de ação passa por continuar com a diversificação de forma a mitigar os riscos, que, na sua grande maioria, se encontram fora do nosso controlo, assim como por manter uma estrutura de custos muito ajustada, mas com a flexibilidade necessária para responder de maneira eficiente a qualquer oportunidade. É neste contexto, e dispondo da necessária flexibilidade, que o OMIP enfrentará os desafios, novos projetos e oportunidades de negócio.

Para terminar, queremos deixar o nosso reconhecimento a toda a equipa do OMIP, incluindo os Administradores não executivos, pelo excelente trabalho desenvolvido em momentos de especial dificuldade, assim como reiterar o nosso agradecimento a todos os acionistas pelo apoio e confiança depositados

Lisboa, 23 de março de 2021

Carmen Becerril Martínez

Vice-Presidente do Conselho de Administração

02

COVID-19

COVID-19

A pandemia de COVID-19 afetou de forma profunda a economia em geral, sendo que os mercados financeiros não ficaram isolados desses impactos. Portugal e Espanha não foram exceção, tendo-se verificado uma disrupção significativa em quase todos os setores de atividade. A disseminação do vírus COVID-19 provocou episódios de doença, confinamento, quarentena, cancelamento de eventos e viagens internacionais, provocou o encerramento de empresas e escolas, condicionou em geral os níveis de atividade económica e de transações financeiras e gerou um nível de instabilidade e incerteza na sociedade, sem precedentes nas últimas décadas.

Um evento desta magnitude trouxe inevitavelmente novos riscos e fatores de perturbação para o sector da energia, e para a atividade do OMIP em particular. Alguns desses fatores de instabilidade eram difíceis de identificar e de antever, pelo menos numa fase inicial, e outros estavam fora do controlo do OMIP, por se relacionarem essencialmente com os impactos da pandemia na atividade dos agentes de mercado, clientes e fornecedores de serviços externos.

Desde o início da pandemia que uma das prioridades do OMIP foi fazer uma avaliação dos principais riscos e potenciais impactos, e implementar todas as medidas de mitigação possíveis, relacionadas com a sua atividade e a sua relação com os clientes. Assim, no primeiro trimestre de 2020 foi feito um levantamento que identificou os seguintes eventos principais:

- Disrupção ou interrupção da operação do mercado a prazo;
- Diminuição dos volumes negociados e dos níveis de atividade em geral no mercado;
- Diminuição da procura pelos produtos e serviços oferecidos pelo OMIP, com base na diminuição da atividade económica, consequente redução dos consumos de eletricidade e diminuição da necessidade de fazer coberturas nos mercados a prazo;
- Possibilidade de colaboradores chave ficarem impedidos de trabalhar em resultado da infeção por COVID-19 ou doenças relacionadas;
- Redução da eficiência operacional do OMIP em resultado dos colaboradores se encontrarem em teletrabalho;
- Redução da eficiência operacional dos agentes de mercado do OMIP em virtude dos seus colaboradores se encontrarem em teletrabalho;
- Impacto sobre fornecedores de serviços externos e na sua capacidade em manter os níveis de serviço contratados;
- Atrasos no lançamento de novos produtos e desenvolvimento de iniciativas estratégicas;
- Impactos na capacidade de expandir a base de agentes e de aumentar o volume e nível de atividade no mercado do OMIP, em função da impossibilidade de realizar reuniões presenciais e encontros de membros, bem como de outros constrangimentos decorrentes do distanciamento social;
- Aumento do *stress* operacional e financeiro sentido pelos Membros Compensadores devido aos elevados níveis de volatilidade, incluindo perdas potenciais significativas resultantes da redução da negociação ou de eventos de incumprimento (*default*).
- Aumento dos riscos relacionados com plataformas tecnológicas e segurança informática.

Graças às medidas implementadas na fase inicial da pandemia, que incluíram a adoção de um regime misto entre o trabalho presencial e remoto, a higienização regular dos espaços comuns no edifício e das instalações individuais de trabalho, a obrigatoriedade de uso de máscara na proximidade com outros colaboradores, o desfasamento da permanência nas instalações da empresa e a impossibilidade de realizar reuniões presenciais com pessoas exteriores ao OMIP, não se registaram quaisquer episódios de infeção de colaboradores nem episódios de transmissão dentro da empresa. Deste modo, a eficiência operacional não foi afetada.

Em relação ao modelo de teletrabalho adotado a partir de abril, é importante realçar que a sua implementação não teve qualquer impacto operacional na atividade de gestão do mercado a prazo, na qualidade dos serviços prestados, no plano de lançamento de novos produtos e serviços e no desenvolvimento de novas iniciativas. Todas as funções levadas a cabo pelas diferentes áreas funcionais, primeiro no regime misto e depois no regime de teletrabalho em exclusivo, mantiveram os habituais níveis elevados de qualidade de serviço que caracterizam o OMIP, não se tendo registado qualquer perturbação ou evento disruptivo nas várias atividades da empresa. Tal resulta, por um lado, do esforço e trabalho realizados pela equipa de Sistemas de Informação, que cumprindo rigorosos protocolos de segurança informática conseguiu garantir o acesso remoto de todos os colaboradores às plataformas e sistemas informáticos, mas também da capacidade de adaptação de todos os trabalhadores em geral, que no contexto de teletrabalho, com todos os constrangimentos associados, conseguiram ultrapassar os desafios colocados.

Dada a natureza única e imprevisível da pandemia os seus impactos definitivos são, em grande medida, ainda desconhecidos e podem prolongar-se no tempo, por vários anos. No entanto, em 2020 a atividade operacional no mercado a prazo de energia elétrica do OMIP já foi marcada por uma contração de -18% no volume negociado e liquidez, o que, em certa medida, pode refletir alguns dos efeitos laterais da pandemia de COVID-19. A disseminação do vírus fez os governos de Portugal e Espanha implementar medidas restritivas à circulação de pessoas e ao contacto social, o que implicou a impossibilidade de viajar e de realizar visitas e reuniões presenciais com agentes de mercado, e impôs o modelo de teletrabalho. A atividade nos mercados a prazo de energia é fortemente influenciada pelas relações de proximidade e de contacto próximo com os agentes, pelo que a impossibilidade de manter com estes um contacto mais direto, por exemplo durante os comités de membros, decerto terá influenciado os níveis de atividade no OMIP em 2020.

03

EXERCÍCIO DE 2020

EXERCÍCIO DE 2020

3.1 Enquadramento

O Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL), iniciativa conjunta dos Governos da República de Portugal e do Reino de Espanha, visa a construção de um mercado regional coerente e facilitador de outro muito mais amplo: o Mercado Interno da Energia.

Ambos os Estados designaram o OMIP como a entidade gestora dos mercados a prazo, em paralelo com o OMIE, a quem foi atribuída a função de entidade gestora dos mercados diário e intradiário.

É nessa qualidade que o OMIP, sociedade constituída em junho de 2003, assegura a gestão do Mercado de Derivados do MIBEL, conjuntamente com a OMIClear, constituída em abril de 2004, para desempenhar as funções de contraparte central das operações realizadas no Mercado.

O OMIP e a OMIClear desenvolvem as suas atividades ao abrigo da legislação portuguesa, sendo, nesse âmbito, reconhecidos, respetivamente, como sociedade gestora de mercado regulamentado e de contraparte central, ambos registados na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Nos termos do Acordo Internacional de Santiago, a supervisão do MIBEL está a cargo de um Conselho de Reguladores, composto pelos reguladores do sector financeiro (CMVM e Comisión Nacional del Mercado de Valores) e do sector energético (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos e Comisión Nacional de los Mercados y la Competencia) dos dois países.

3.2 Organização

A estrutura organizativa do OMIP encontra-se concebida para assegurar o regular e eficaz funcionamento do Mercado e, simultaneamente, dar resposta a todas as solicitações recebidas, seja de participantes, entidades supervisoras ou público em geral.

Para além dos recursos próprios, foram celebrados contratos de prestação de serviços com outras empresas pertencentes ao grupo OMI. Esta situação,

dentro dos limites previstos na legislação aplicável, permite uma melhor alocação e gestão dos recursos humanos disponíveis.

A 31 de dezembro de 2020, a sociedade contava com 15 colaboradores (5 do sexo feminino e 10 do sexo masculino).

3.3 OMI

Em 2011 deu-se efetiva concretização à estrutura societária do OMI, conforme previsto no Artigo 4.º do Acordo Internacional de Santiago, na redação dada pelo Acordo de Braga, que o reviu, o qual passou a prever que o OMI *“será constituído por duas sociedades gestoras de participações sociais, com sedes respetivamente em Portugal e em Espanha e participações cruzadas de 10% e que ambas as sociedades deterão 50% de cada uma das sociedades gestoras dos mercados...”*. Na Figura 2 ilustra-se o modelo acordado.

Nesse contexto, em 18 de outubro de 2011, as sociedades *holding* OMIP SGPS e OMEL, passaram a deter em partes iguais o capital de cada uma das sociedades gestoras de mercado OMIP e OMIE. Além disso, concretizou-se o modelo de governo societário igualmente previsto, constituído por um Conselho de Administração de composição comum às duas sociedades gestoras de mercado OMIP e OMIE.

Em 12 de Setembro de 2013 concretizou-se a entrada do OMIE na estrutura acionista da OMIClear, a qual foi realizada por aumento de capital, concluindo-se, assim, o modelo para o OMI previsto no Acordo Internacional.

2014 e 2015 foram anos de consolidação e de rearranjos internos, em especial para adaptação aos requisitos prudenciais, organizacionais e de gestão de risco aplicáveis à atividade da OMIClear, situação que também teve impactos no OMIP.

O ano de 2020 representou o décimo quarto ano completo de atividade no desempenho das funções cometidas ao polo português do Operador do Mercado Ibérico da Eletricidade.

FIGURA 01 ORGANIZAÇÃO OPERACIONAL DO OMIP

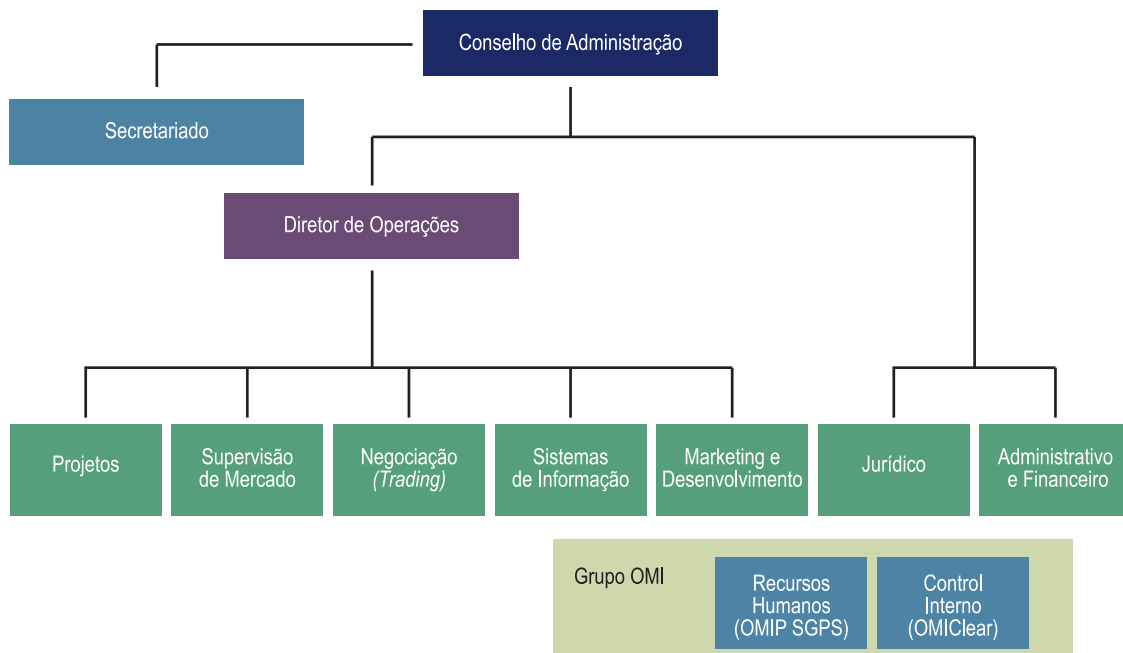
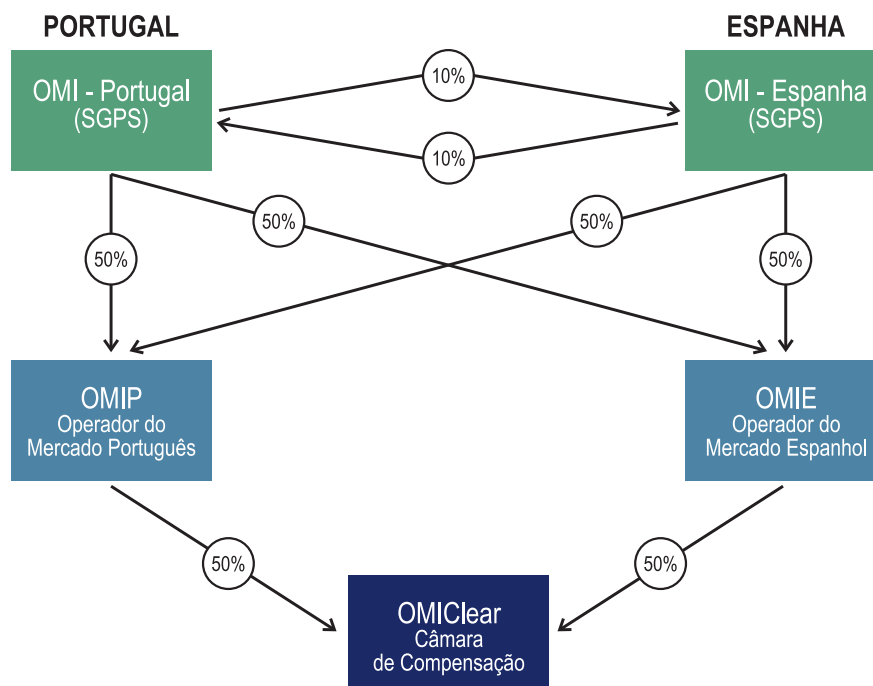


FIGURA 02 ORGANOGRAMA DO OMI



04

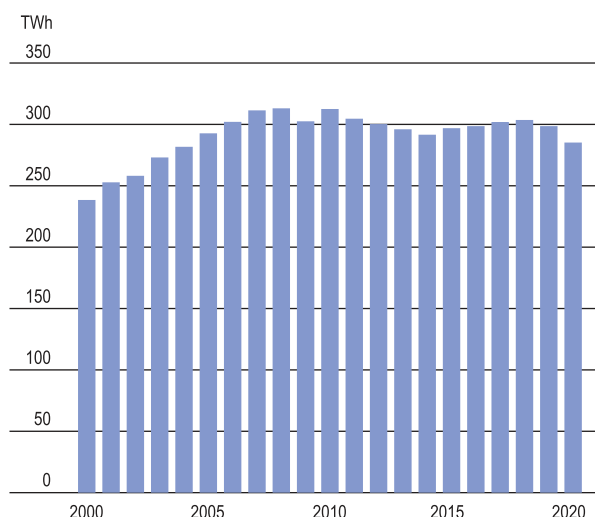
**EVOLUÇÃO DO MERCADO
DE DERIVADOS DO MIBEL**

EVOLUÇÃO DO MERCADO DE DERIVADOS DO MIBEL

O Mercado de Derivados do MIBEL registou em 2020 um aumento nos volumes negociados de 4%, motivado pelo aumento do volume da negociação em contínuo. Com efeito, o volume negociado no mercado em contínuo registou um aumento de 17%, tendo crescido pelo segundo ano consecutivo. Para essa situação contribuíram vários fatores, nomeadamente um contexto de maior estabilidade regulatória, mas principalmente a tendência de procura, por parte dos agentes, de soluções de cobertura de risco de preço para horizontes de mais largo prazo, num momento em que é cada vez maior a penetração de energia renovável em condições de mercado.

Em 2020 foram negociados 8,63 TWh em contínuo, face aos 7,40 TWh de 2019. Em virtude da pandemia de COVID-19, e dos seus efeitos na contração da atividade económica, o consumo de energia elétrica na Península Ibérica, em comparação com o ano transato, diminuiu 5,1% em Espanha e 3,1% em Portugal, resultando numa diminuição de 4,7% no total da Península Ibérica.

FIGURA 03
CONSUMO DE ELETRICIDADE NA PENÍNSULA IBÉRICA (TWh)



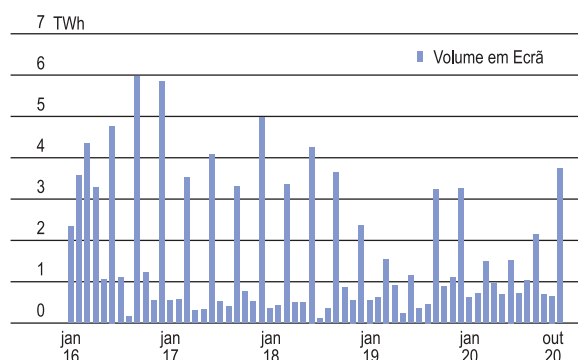
QUADRO 01 PRINCIPAIS INDICADORES DE ATIVIDADE

	2020	2019
Volume transacionado (TWh)	15,1	14,5
Valor notional negociado (Milhão EUR)	645,4	764,1
Número de participantes	70	70

Relativamente ao número de participantes, e como se demonstra em detalhe mais à frente, o ano de 2020 terminou com o mesmo registo verificado no ano anterior. Cessou a atividade uma entidade e foi admitida uma nova entidade como membro negociador, o que resultou num saldo nulo.

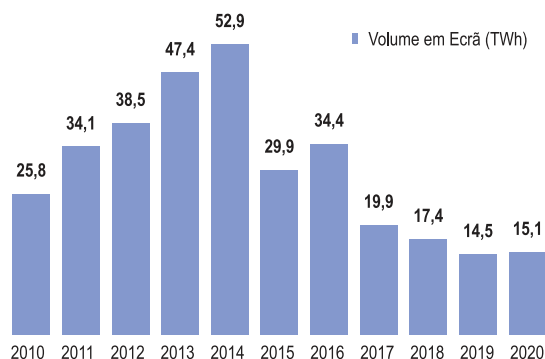
No que respeita aos volumes negociados, evidenciam-se os meses de setembro e dezembro, cujos valores foram claramente superiores aos restantes. De referir, também, que em termos médios foram negociados mensalmente cerca de 1,26 TWh, face aos 1,21 TWh de 2019.

FIGURA 04
VOLUME DE ENERGIA NEGOCIADA EM MERCADO (TWh)



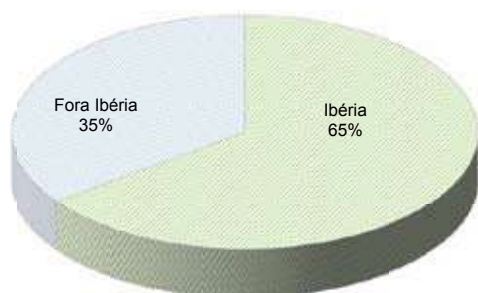
Analisando os volumes negociados numa base anual, constata-se que em 2020 o volume negociado aumentou. Foi negociado em ecrã (Contínuo e Leilões) um volume de 15,1 TWh refletindo um crescimento de 4,3% face ao ano anterior.

FIGURA 05
VOLUME ANUAL NEGOCIADO EM MERCADO (TWh)



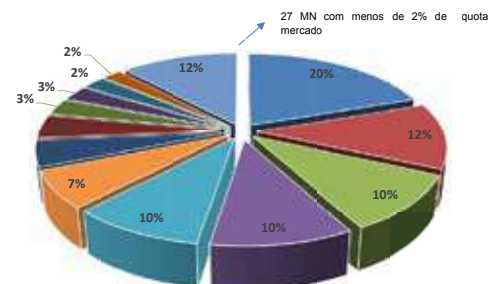
Na figura 6 observa-se que 65% do volume total foi negociado por entidades domiciliadas na península ibérica, percentagem superior à verificada em 2019 (60%). Este resultado evidencia o peso crescente das entidades ibéricas no âmbito da negociação a prazo no mercado do MIBEL.

FIGURA 06
QUOTAS DE MERCADO POR DOMICILIAÇÃO DO MEMBRO NEGOCIADOR



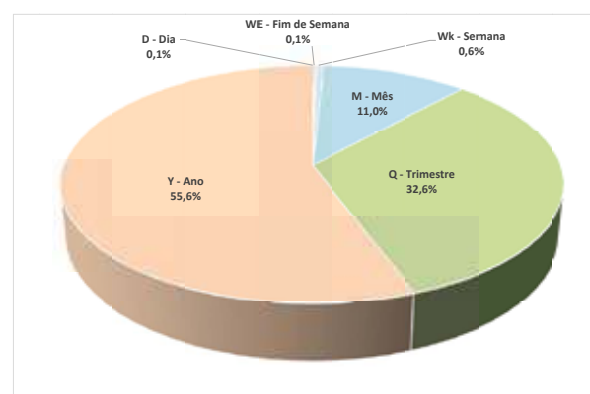
No que respeita à distribuição de quotas de mercado entre o total de membros negociadores em 2020 (ver figura 7), esta apresenta uma estrutura semelhante ao ano anterior, em que o volume voltou a estar bastante dividido entre os diferentes membros do mercado. Em 2020 os três agentes mais ativos representaram cerca de 42% do volume total negociado (46% em 2019). Este indicador, que merece ser destacado, da repartição do volume negociado, confirma que o mercado de eletricidade da Península Ibérica se mantém concorrencial, e que inclusivamente o peso dos principais *players* foi inferior ao observado no ano anterior.

FIGURA 07
QUOTAS DE MERCADO POR MEMBRO NEGOCIADOR



Relativamente aos contratos listados para negociação, e em termos de energia equivalente, os contratos anuais foram os mais transacionados com cerca de 55,6% do total do portfólio disponível no OMIP, como demonstra a figura 8, seguido pelos trimestrais e pelos mensais. Os instrumentos de curta maturidade continuam a ser claramente os contratos com menor quota de mercado. Os contratos semanais representam 0,6% do volume negociado, enquanto os contratos de fim de semana e diários representam apenas 0,1% cada um.

FIGURA 08 PESO DO VOLUME NEGOCIADO POR TIPO DE CONTRATO EM 2020



No quadro 2, apresenta-se a lista de participantes no OMIP, a 31 de dezembro de 2020, com a indicação dos Membros Negociadores por Conta Própria (CP), Membros Negociadores por Conta de Terceiros (CT) e Intermediários de Operações Bilaterais (IOB).

QUADRO 02 PARTICIPANTES DO MERCADO DE DERIVADOS DO MIBEL

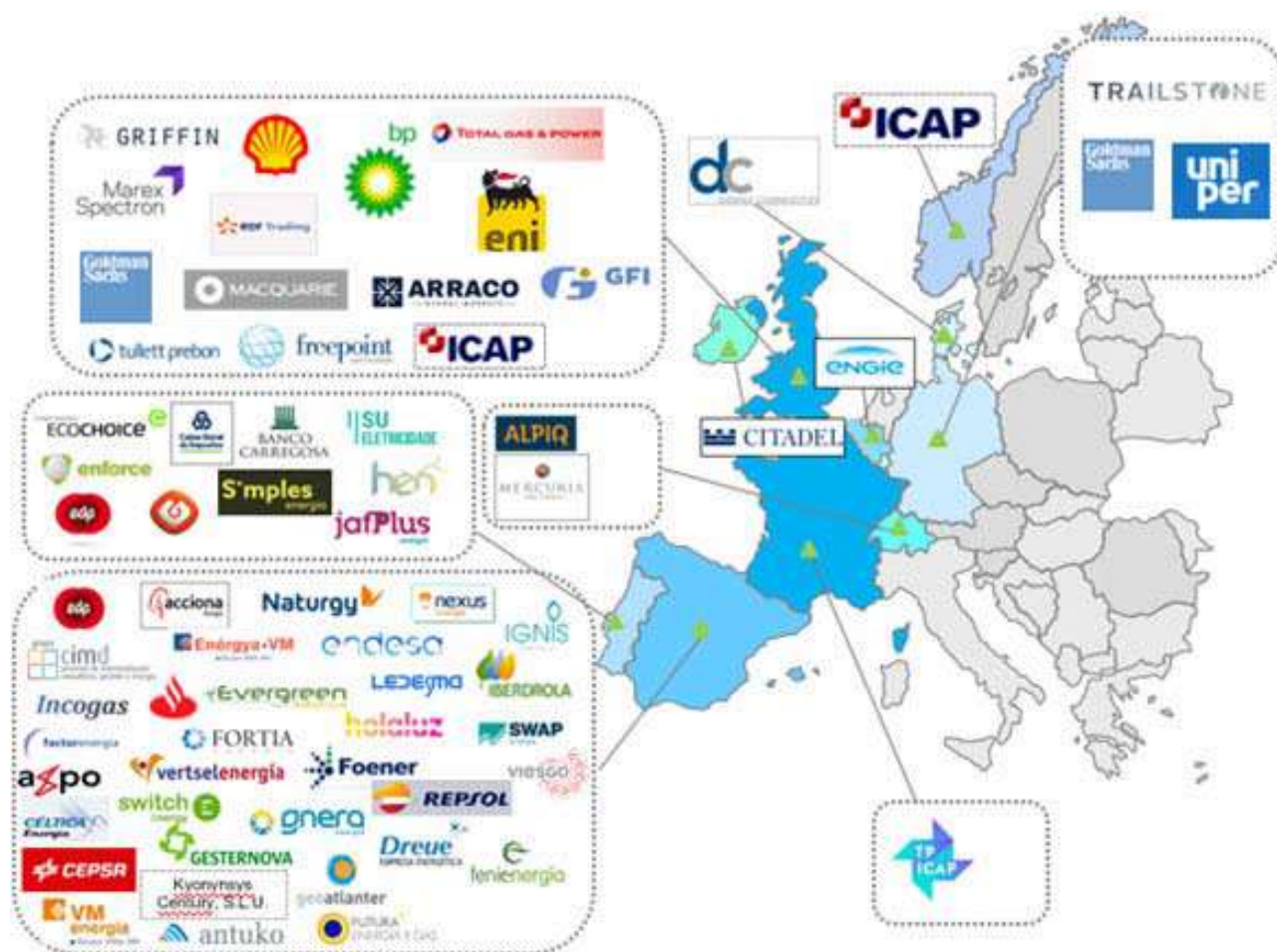
Entidade	Membro Negociador por Conta Própria	Membro Negociador por Conta de Terceiros	Intermediário de Operações Bilaterais
Acciona Green Energy Developments, S.L.			
Alpiq AG			
Antuko Energia S.L.			
Arraco Global Markets			
AXPO Iberia, S.L.			
Banco Santander, S.A.			
BP Gas Marketing Limited			
Céltica Energía, S.L.			
Cepsa Gas y Electricidad			
CIMD – Corretaje e Información Monetaria y de Divisas			
Citadel Energy Investments (Ireland) DAC			
Comercializadora Regulada, Gas & Power, S.A.			
Danske Commodities, A/S			
Dreue Electric S.L.			
Ecochoice, S.A.			
EDF Trading Limited			
EDP - Serviço Universal, S.A.			
EDP Energias de Portugal, S.A.			
EDP España: S.A.U.			
Endesa Energía S.A.			
Endesa Energía XXI, S.L.			
Endesa Generación, S.A.			
Enérgya VM Gestión de Energía, S.L.U.			
Enforresco S.A.			
Engie Global Markets (GDF Suez)			
Eni Trading & Shipping			
Evergreen Electrica S.L.			
Factor Energía, S.A.			
Fenie Energía			
Foener Energía, S.L.			
Fortia Energía Servicios			
Fortia Energía, S.L.			
Freepoint Commodities Europe LLP			
Galp Gás Natural, S.A.			
Galp Power, S.A.			
Gas Natural Comercializadora S.A.			
GeoAtlante S.L.			
Gesternova, S.A.			
GFI Brokers			
Gnera Energía y Tecnología			
Goldman Sachs Bank Europe SE			
Goldman Sachs International			
Griffin Markets			
HEN - Serviços Energéticos, Lda.			
Holaluz-Clidom			
Iberdrola Comercialización de Último Recurso, S.A.U.			
Iberdrola Generación España, S.A.U.			
ICAP Energy, AS			
ICAP Energy, Ltd			
Ignis Energía			
Ingeniería y Comercialización del Gas (Incogas)			
Jafplus Energía Lda			
Kyonynsys Century S.L.U.			
Ledesma Comercialización Eléctrica, S.L.			
Macquarie Bank Limited			
Marex Spectron International			
Mercuria Energy Trading, S.A.			
Naturgy Commodities Trading			
Naturgy Energy Group, S.A.			
Nexus Energía, S.A.			
PH Energía, Lda			
Régisiti Comercializadora Regulada S.L.U.			
Repsol Generación Eléctrica, S.L.U.			

Entidade	Membro Negociador por Conta Própria	Membro Negociador por Conta de Terceiros	Intermediário de Operações Bilaterais
Repsol Trading, S.A.			
Shell Energy Europe Ltd.			
Sociedad Bilbao Gas Hub			
SWAP Energía, S.A.			
Switch Energy, S.L.			
Total Gas & Power Ltd.			
TP ICAP (Europe)			
Tullett Prebon (Europe) Limited			
Tullett Prebon (Securities) Limited			
TrailStone GmbH			
Uniper Global Commodities SE			
Vertsel Energía S.L.U.			
Viesgo Renovables			
Villar Mir Energía			

A distribuição geográfica dos membros, indicada na figura 9, mostra claramente dois polos mais representativos. Um na península ibérica (Espanha em particular), no qual sobressaem entidades com ati-

vos e interesses na produção e comercialização de energia elétrica, e outro no Reino Unido, constituído maioritariamente por empresas de natureza financeira, bancos e fundos de investimento.

FIGURA 08 ORIGEM DOS PARTICIPANTES (DEZ.2020)



O Mercado de Derivados do MIBEL apresentava, a 31 de dezembro de 2020, 66 membros negociadores por conta própria (CP), 7 membros com capacidade de negociar por terceiros (CT) e 9 intermediários de operações bilaterais (IOB), conforme expresso no quadro 3.

Relativamente à categoria de CP, a predominância é de membros ibéricos, ao passo que na modalidade de CT e IOB, os membros fora da península ibérica representam a maioria.

Em 2020 foi admitida como Membro Negociador o agente Repsol Trading, e cessou a participação como Membro Negociador o agente Citigroup Global Markets Limited.

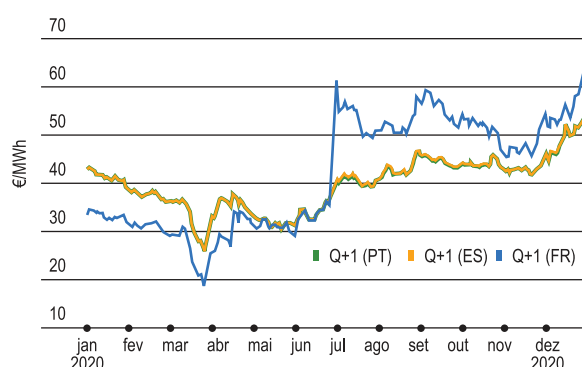
QUADRO 03
PARTICIPANTES NO OMIP (A 31 DEZEMBRO DE 2020)

Origem	Membro Negociador (CP)	Membro Negociador (CT)	IOB
Espanha	41	2	1
Portugal	9		
Reino Unido	8	2	6
Alemanha	3	1	
Noruega		1	1
Bélgica	1		
Dinamarca	1		
Irlanda	1		
Suiça	2		
França		1	1
Total	66	7	9
Ibéricos	50	2	1
Não Ibéricos	16	5	8

Em termos de preços, como se observa na figura 10, relativamente aos primeiros contratos trimestrais das duas zonas do MIBEL e da zona francesa, a cada momento listados para negociação, salta à vista alguma sazonalidade que caracteriza estes mercados, mais evidente no mercado francês, mais sensível a aspetos relacionados com o consumo e as tecnologias existentes no respetivo parque produtor. No final do primeiro trimestre a pandemia de COVID-19 teve um efeito evidente na queda dos preços, nos três mercados, sendo que a partir do final de março se observou uma recuperação que se manteve até ao final do ano, nas duas zonas do MIBEL.

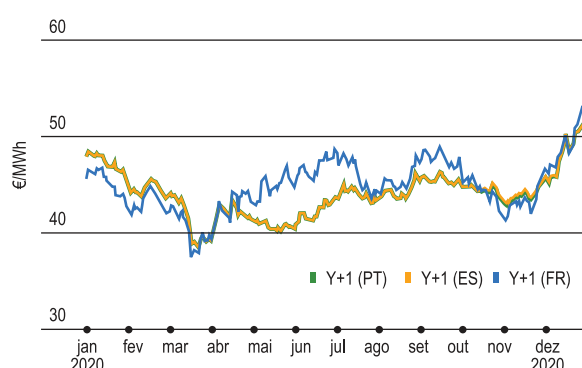
Em relação à zona francesa, a partir do segundo semestre do ano verificaram-se preços superiores e uma maior volatilidade, devido essencialmente à divulgação de planos de indisponibilidades por manutenção de centrais nucleares, mais longos do que o previsto, e consequente substituição dessa geração, num momento em que o preço das licenças de emissão de CO₂ se encontrava numa trajetória ascendente. O preço do contrato trimestral, na zona francesa, chegou a ser superior ao do MIBEL em 20 €/MWh, sendo que no último trimestre do ano essa diferença se atenuou, mas ainda assim manteve uma diferença média de cerca de 6 €/MWh face às zonas portuguesa e espanhola.

FIGURA 10 EVOLUÇÃO DO PREÇO DO PRIMEIRO CONTRATO TRIMESTRAL EM NEGOCIAÇÃO (€/MWh)



No contrato anual (cfr. figura 11), observa-se uma tendência semelhante, embora de amplitude inferior. Ou seja, os preços mostraram uma trajetória descendente no início do ano, potenciada a partir de março pelos efeitos da pandemia de COVID-19, e partir de maio observou-se uma recuperação gradual até ao final do ano. Os preços espanhóis e portugueses situaram-se entre 38,40 e 51,25 €/MWh ao longo do ano (diferença de 12,85 €/MWh). Já os preços franceses situaram-se entre 37,40 e 53,22 €/MWh (diferença de 15,82 €/MWh).

FIGURA 11 EVOLUÇÃO DO PREÇO DO PRIMEIRO CONTRATO ANUAL EM NEGOCIAÇÃO (EUR/MWh)



O Quadro seguinte resume alguns dos acontecimentos mais importantes que marcaram o ano de 2020.

QUADRO 04 RESUMO DE 2020

ACONTECIMENTO

Axpo Iberia e Endesa foram escolhidos por concurso como criadores de mercado (*market makers*) para todo o ano de 2020.

Lançamento em junho da negociação e registo de contratos de futuros com vencimento a 8 anos (Ano+8), 9 anos (Ano+9) e 10 anos (Ano+10), extensíveis a todos os produtos de eletricidade ibéricos de Futuros, *Forwards* e *Swaps* listados no OMIP.

No dia 2 de julho foram registados no OMIP os primeiros contratos de futuros de eletricidade com vencimento a 8, 9 e 10 anos.

Realização ao longo do ano, com periodicidade trimestral, dos Leilões de Colocação de Produção em Regime Especial para entrega na zona portuguesa do MIBEL. Os volumes negociados foram de 5,17 TWh.

Realização ao longo do ano, com periodicidade trimestral, dos leilões de Aprovisionamento do Comercializador de Último Recurso português. Os volumes negociados foram de 1,34 TWh.

Organização de 3 sessões de Formação, em formato online, sobre o Mercado de Derivados de Energia do MIBEL.

Coorganização, em conjunto com a APREN, de uma sessão de Formação, em formato online, sobre o funcionamento do Mercado Ibérico de Eletricidade.

05

REGULAÇÃO

REGULAÇÃO

A evolução e o nível de sofisticação dos mercados de instrumentos financeiros realçaram a necessidade de reforçar o respetivo quadro de regulamentação, incluindo aquelas situações em que a negociação é efetuada no mercado de balcão (OTC, *over-the-counter*), a fim de aumentar a transparência, melhor proteger os investidores, reforçar a confiança, fazer face às áreas não regulamentadas e assegurar que sejam concedidos às autoridades de supervisão poderes adequados para o desempenho das suas tarefas.

Nesse sentido, com o pacote jurídico que constitui a Diretiva dos Mercados de Instrumentos Financeiros (DMIF II), estabeleceu-se um regime regulamentar completo para regular a realização de transações em instrumentos financeiros, independentemente dos métodos de negociação utilizados para a sua conclusão, procurando garantir uma elevada qualidade de execução das transações dos investidores e apoiar a integridade e a eficiência global do sistema financeiro.

A entrada em vigor deste novo marco jurídico implicou, por parte do OMIP, um longo e exigente trabalho de adaptação e implementação, o qual se centrou principalmente nos temas de reporte de transações e de posições, de limites de posições e de transparência.

No final de 2019, e na sequência de um debate entre os membros da indústria e os reguladores, procedeu-se à adaptação de regras e processos às obrigações de transparência pré-negociação, que decorrem dos Artigos 8.º e 9.º do Regulamento (UE) N.º 600/2014.

O processo DMIF II/RMIF encontra-se atualmente numa fase de estabilidade na sua aplicação, pelo que se inicia um tempo de avaliação dos seus resultados e levantamento de temas em que seja necessário introduzir melhorias. Para esse efeito, a Comissão Europeia lançou, em 2020, uma consulta pública sobre a revisão do pacote regulatório DMIF II/RMIF, cujos resultados deverão começar a produzir-se no futuro próximo.

Em paralelo com o processo de revisão referido, a Comissão identificou a necessidade de uma intervenção “ad-hoc” (Quick-Fix), para mitigar os efeitos da pandemia COVID-19 no funcionamento dos mercados de instrumentos financeiros. Após um período de consulta, foi publicada a Diretiva (UE) 2021/338 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de fevereiro de 2021, que altera a Diretiva 2014/65/UE no respeitante aos requisitos de informação, à governação dos produtos e aos limites às posições e as Diretivas 2013/36/UE e (UE) 2019/878 no respeitante à sua aplicação às empresas de investimento a fim de contribuir para a recuperação na sequência da crise de COVID-19.

06

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Em linha com os trabalhos realizados em anos transatos, durante o ano de 2020 a atividade da área de sistemas de informação do OMIP centrou-se nos seguintes vetores fundamentais:

- **Gestão da relação com fornecedores externos**
 - Suporte à comunicação entre fornecedores tecnológicos e departamentos operacionais;
 - Manutenção de infraestrutura de suporte aos serviços técnicos;
 - Gestão de níveis e qualidade de serviço.
- **Suporte e manutenção de aplicações e serviços internos e externos:**
 - Especificação e teste de novas funcionalidades técnicas ou alteração de funcionalidades existentes;
 - Coordenação na aplicação de alterações em ambiente produtivo ou em ambientes não-produtivos;
 - Suporte e comunicação com agentes para notificação de alterações ou resolução de problemas;
 - Primeira linha de apoio na resolução de problemas técnicos (*serviço helpdesk*);
 - Execução de procedimentos diários de verificação de normal funcionamento dos sistemas;
 - Análise e adaptação a requisitos regulatórios.
- **Desenho, especificação, implementação e/ou teste de novas soluções e funcionalidades e melhorias das aplicações utilizadas.**
- **Participação na manutenção dos sistemas de continuidade de negócio e gestão da segurança de informação:**
 - Verificação e atualização de documentação;
 - Realização de testes periódicos a sistemas e infraestrutura.

Em 2020, a execução das atividades acima foi principalmente relevante no desenvolvimento de novas soluções e na implantação de novas funcionalidades nas plataformas tecnológicas existentes, a notar:

- Adaptação da solução dos DUCg (Direitos de Utilização de Capacidade de gás) prestada para a REN, para acomodar o funcionamento do mercado secundário;
- Término da especificação, desenvolvimento e testes da nova plataforma para a gestão do processo de mudança de comercializador de Gás Natural e Eletricidade, tendo entrado em produção em novembro na vertente de energia Elétrica;
- Desenvolvimento de uma solução de agregação de respostas ao reporte regulatório REMIT, específico para a GALP (desenvolvimento ainda não finalizado).

- Especificação e implementação de novas funcionalidades na plataforma de leilões OMIPPlus-A para acomodar o funcionamento de leilões CEP previstos para 2021 (atividade ainda em curso no final do ano);
- Início da especificação de uma nova plataforma de licitação (leilões) para substituição da prestação do serviço atualmente suportado na plataforma OMIPPlus-A;

Também a nível interno, há a realçar o suporte à criação de novas soluções tecnológicas para suporte à operação das áreas lógicas da empresa, de maior relevância:

- Desenvolvimento de uma solução que agrega a obtenção de informação de mercados externos para processamento de dados pelo departamento de Marketing;
- Especificação e suporte ao desenvolvimento da plataforma OMIPPrices - plataforma de suporte à produção dos preços de referência e outputs do final do dia por parte do departamento de Trading (atividade ainda em curso no final do ano).

Já em sequência das tarefas planeadas ao nível do Grupo OMI, devem considerar-se as seguintes atividades do departamento:

- Término de desenvolvimento e entrada em produção em janeiro do novo Website do OMIP, em linha com o design e tecnologia a adotada por todas as empresas do grupo OMI;
- Entrada em funcionamento do sistema de SIEM/SOC para monitorização ativa e contínua de eventos de segurança no ciberespaço da empresa.

Por fim, no âmbito de segurança de informação e de continuidade de negócio, destacam-se os seguintes trabalhos que tiveram lugar durante o ano de 2020 e que foram executados ou tiveram a colaboração direta do departamento de Sistemas de Informação:

- Análise e mitigação dos eventos identificadas pelo SIEM/SOC;
- Atualização da solução de recuperação de desastre na vertente de *Datacenter*, bem como preparação e realização de testes de recuperação de desastre nessa mesma vertente;
- Suporte à adjudicação de serviços e licença de utilização de numa plataforma de testes de *phishing online*, para realização de testes de vulnerabilidade dos colaboradores do OMIP nessa vertente, durante 2021.

07

OUTRAS ATIVIDADES

OUTRAS ATIVIDADES

7.1

Leilões de colocação de produção em regime especial

Os termos e condições de realização dos leilões de colocação de produção em Regime Especial, publicados em anexo à Diretiva n.º 5/2011 da ERSE, de 24 de novembro, definem o OMIP como a entidade responsável pela organização dos leilões. Trata-se de um mecanismo regulado de venda de produção de energia elétrica em regime especial por parte da EDP - Serviço Universal, S.A., no âmbito da função definida para o comercializador de último recurso, que assume a natureza de leilões de venda de contratos de futuros com entrega na área portuguesa do Mercado Ibérico da Energia Elétrica (MIBEL). A mencionada Diretiva, estabelece que, os leilões obedecem ao modelo de leilão de rondas (ou leilão de relógio). Para o efeito, o OMIP decidiu incluir os leilões dentro no Mercado de Derivados do MIBEL, desenrolando-se estes no âmbito de uma sessão especial de negociação. Em 2020 realizaram-se quatro leilões, tendo sido adquiridos todos os contratos oferecidos pelo comercializador de último recurso.

7.2

Leilões de aprovisionamento do Comercializador de Último Recurso

O Regulamento de Relações Comerciais (RRC) e o Regulamento Tarifário (RT) consagram a separação das funções de compra e venda de energia elétrica para fornecimento dos clientes e de compra e venda de energia elétrica da produção em regime especial, ambas desempenhadas pelo comercializador de último recurso (CUR). No caso específico da compra

e venda de energia elétrica para fornecimento dos clientes, o RRC, estabelece nos artigos 168.º e 169.º que o CUR deve adquirir energia elétrica através de mecanismos regulados, expressamente previstos para o efeito. Complementarmente, o CUR deve também adquirir energia elétrica para abastecer os seus clientes em mercados organizados, designadamente em mercados organizados de contratação a prazo. O mecanismo regulado de contratação a prazo de energia elétrica para aprovisionamento do CUR assume a natureza de aquisição de contratos de futuros de produtos listados no mercado gerido pelo OMIP, através da negociação em leilão. Em 2020 realizaram-se quatro leilões tendo sido colocados todos os contratos oferecidos.

7.3

Direitos de utilização de capacidade (gás)

O gás natural necessita de infraestruturas de rede e terminais complexas, por onde se estabelecem os fluxos energéticos associados ao seu transporte, bem como de uma gestão centralizada dos sistemas assim constituídos. Neste contexto, o cálculo da atribuição e a gestão técnica e económica dos direitos de utilização dessas capacidades (DUCg) são matérias de particular relevância para o funcionamento adequado dos respetivos mercados.

Nesse sentido, o OMIP foi contactado pela REN – Gásodutos, S.A. em 2013, com o intuito de colaborar na operacionalização dos novos mecanismos de atribuição de capacidade nas diferentes infraestruturas da Rede Nacional de Transporte, Infraestruturas de Armazenamento e Terminais de GNL (RNTIAT), explorando o conceito de contratação *ex-ante* dos Direitos de Utilização de Capacidade (DUC) nas infraestruturas do gás natural, em emissão primária e em mercado secundário. De acordo com o Artigo 33.º do Regulamento do Acesso às Redes, às Infraestruturas e às Interligações do setor do gás natural (RARII) - versão 2013 -, deveriam ser utilizados mecanismos objetivos

e transparentes, não discriminatórios, baseados em critérios de mercado, que fornecessem sinais económicos eficazes aos agentes de mercado envolvidos e que satisfizessem os demais princípios estabelecidos no Regulamento (CE) n.º 714/2009, de 13 de Julho, prevendo ainda a utilização de produtos e regras de atribuição de capacidade coerentes e em harmonia com as práticas advogadas pela Comissão ao nível europeu, nomeadamente no Código de Rede Europeu de atribuição de capacidade das infraestruturas. Assim, o OMIP presta à REN, desde setembro de 2013, serviços nesta área (DUCg): participou ativamente no desenho inicial e instalação da solução, em estreita colaboração com a REN, tendo assegurado, a partir daí, todas as atividades e funções previstas, nomeadamente a formação dos agentes, a configuração e disponibilização de plataformas tecnológicas, bem como a operação do mercado primário e do mercado secundário.

Em 2018 deu-se o alargamento dos leilões de atribuição primária aos produtos intradiários (realização de 24 leilões de envelope fechado por dia na plataforma Trayport, todos os dias do ano).

As funções acima descritas continuaram a ser asseguradas pelo OMIP durante o ano de 2020. Nesse âmbito, importa ainda assinalar a operacionalização do Mercado Secundário na plataforma Trayport do OMIP, passando a estar disponível em duas modalidades de negociação: via negociação bilateral (OTC), em que a transação é acordada entre as partes fora da plataforma, sendo a transação oficializada perante o GTG na plataforma; e via negociação em contínuo, em que a negociação se concretiza na plataforma e em anonimato.

Ainda durante este ano cabe referir a utilização da plataforma de leilões OMIPPlus para a resolução de congestionamentos verificados na atribuição de produtos Mensais, Trimestrais e Anuais, e a migração dos códigos dos agentes de mercado utilizados nas plataformas de leilão para o código CRIA, dando assim seguimento à Diretiva n.º 16/2019 da ERSE.

7.4

Operações de Compensação pelo GTG

A publicação do Regulamento (EU) n.º 312/2014, de 26 de Março, que institui o código de rede para a compensação das redes de transporte de gás (Código de Rede de Balanço) obriga a alterações que passam, nomeadamente, por regras a adotar para a compensação da Rede Nacional de Transporte de Gás Natural (RNTGN) pelo operador de rede de transporte, através da realização de ações de compensação, mediante a compra ou venda de produtos normalizados de curto prazo numa plataforma de negociação e/ou o recurso a serviços de compensação.

Nesse sentido, o OMIP foi designado pela ERSE, através da Diretiva 18/2016, de 27 de Outubro de 2016, como a entidade que opera a plataforma de compensação onde são contratados os produtos que permitam ao Gestor Técnico Global (GTG) as ações de compensação necessárias ao correto funcionamento da RNTGN, naquelas situações em que o mercado grossista de gás de curto prazo apresente, ou se preveja que venha a apresentar uma liquidez insuficiente, ou que não seja possível, em termos razoáveis, adquirir neste mercado os produtos temporais e os produtos localizados de que o operador da rede de transporte necessita.

Assim, neste âmbito, ocorreu em 19 de abril de 2017 o primeiro leilão de gás natural (compra de gás pelo GTG) para concretização de operações de compensação da rede pelo GTG, realizado sobre a plataforma de negociação do OMIP, tendo toda a quantidade colocada a leilão sido satisfeita a um preço de equilíbrio inferior ao preço de reserva. Desde essa data, o OMIP continua a assegurar este serviço ao GTG nos mesmos moldes.

7.5

Desenvolvimento do projeto GPMC/OLMC

O OMIP manteve a exploração e a gestão da plataforma informática e_Switch, por si desenvolvida para suportar, de forma célere, transparente e segura, os processos de mudança de comercializador no mercado do gás em Portugal, em resultado do acordo celebrado com a REN – Gasodutos, S.A., entidade designada pela ERSE como responsável pela organização do procedimento de facilitação de mudança de comercializador no sector do gás natural.

O ano de 2017, foi marcado pela publicação da Lei nº 42/2016, de 16 de dezembro, que aprova o orçamento de estado para 2017, nos termos do artigo 172.º e prevê a criação do OLMC no âmbito do sistema elétrico nacional e do sistema nacional do gás natural, o que, em termos práticos e no sector do GN, implicará a passagem das funções de GPMC GN da REN Gasodutos para a ADENE.

O Decreto-Lei Nº38/2017, de 31 de março, estabelece o regime jurídico aplicável à atividade de OLMC e incumbe a agência para a Energia (ADENE) do respetivo exercício, de acordo com o artigo 2.º, protelando nos termos do artigo 11.º, a transferência para o OLMC, nomeadamente, do sistema de informação de suporte ao exercício da função GPMC.

Nesse contexto, no início de 2018 ocorreu a cedência de posição contratual pela REN Gasodutos à ADENE, continuando assim o OMIP a assegurar as mesmas funções que assegurava sob a alçada da REN Gasodutos, no âmbito do projeto GPMC/OLMC. Deu-se também a transferência da plataforma e_Switch e do FTP do GPMC para a infraestrutura da ADENE. Já sob a nova tutela da ADENE, cabe ainda assinalar a inclusão do Mercado Regulado na plataforma e_Switch.

Em abril de 2018, após ter sido convidado pela ADENE a apresentar uma proposta, foi adjudicado ao OMIP a especificação, desenvolvimento, operação e manutenção de uma plataforma eletrónica logística que desse suporte aos vários procedimentos relacionados com o processo de mudança de comercializador no sector do gás natural e da eletricidade (Portal OLMC), tendo-se dado o arranque dos trabalhos ainda em maio. Durante esse ano, desenvolveram-se e concluíram-se as Fases de Especificação e de Evolução da Plataforma, e iniciaram-se os trabalhos de Implementação do Gás Natural.

Em julho de 2019 deu-se o arranque em produtivo do novo Portal OLMC - vertente Gás Natural, com a transferência de operações do anterior portal e_Switch, tendo este último ficado a operar apenas em modo de leitura/consulta. Ainda durante este ano, iniciaram-se os trabalhos de Implementação da Eletricidade, incluindo o desenvolvimento de uma solução que suporta a gestão do processo de atribuição/remoção automática de tarifa social no mercado elétrico nacional, concretizando assim a transferência da operativa desse processo do GPMC EL (EDP Distribuição) para a ADENE.

Inicialmente previsto para final de janeiro de 2020, a entrada em operação do Portal OLMC integrado no SEN (EL) e SNGN (GN) acabou por ser adiada para novembro de 2020, por decisão da ERSE (em virtude de integrações com os sistemas da EDP Distribuição e atrasos decorrentes da pandemia COVID-19). Este adiamento teve como resultado uma proposta de aditamento ao contrato ADENE-OMIP, no sentido de ser assegurado o acompanhamento pós entrada em produtivo da versão final da Plataforma (GN+EL) durante o período de 1 ano.

Foram também desenvolvidas atividades no âmbito da disponibilização do novo modelo de reporte trimestral definido pela entidade reguladora.

08

PERSPETIVAS PARA 2021

PERSPETIVAS PARA 2021

O ano de 2021 volta a ser de importantes desafios para o OMIP. No plano institucional porque urge aprofundar o seu funcionamento integrado no contexto OMI, devendo fornecer um conjunto de vantagens comparativas em relação aos seus concorrentes. Relativamente ao desenvolvimento do negócio, espera-se:

- Recuperar volumes negociados e quota de mercado;
- Aumentar o número de participantes no mercado;
- Continuar com a organização de leilões de colocação de PRE para a zona portuguesa do MIBEL;
- Continuar com a organização de leilões aprovisionamento do CUR;
- Continuar com a organização dos leilões de Direitos de Utilização de Capacidade de gás (DUCg) relativos ao transporte e armazenamento na RNTIAT.
- Continuar com a prestação de serviços no processo de mudança de comercializador nos mercados de eletricidade e gás natural.
- Lançar contratos de futuros de gás natural com liquidação financeira;
- Desenvolver, em coordenação com os participantes no mercado, o portefólio de produtos disponibilizado, ajustando-o em caso de necessidade.
- Assegurar o elevado nível de serviço que vem sendo prestado aos participantes no mercado, incluindo o desenvolvimento de novas soluções e funcionalidades especificamente solicitadas por estes;
- Manter o reconhecimento e a notoriedade do OMIP como a bolsa de referência.
- Desenvolver novas áreas de negócio e serviços complementares e acessórios à atividade principal da sociedade.

Assim, o OMIP continuará a atuar com elevados padrões de eficiência e de inovação, procurando satisfazer as crescentes necessidades dos seus membros e a exigência do setor de negócio onde a empresa está inserida.

Em termos de cooperação internacional, o OMIP continuará a participar ativamente nas atividades desenvolvidas pelos diversos organismos internacionais, dos quais é parte.

09

**PROPOSTA DE APLICAÇÃO
DE RESULTADOS**

O Conselho de Administração, nos termos e para os efeitos do artigo 25.º dos Estatutos da Sociedade; deliberou propor que o resultado líquido do período de 2020 no valor positivo de € 505 876,61 (Quinhentos e cinco mil oitocentos e setenta e seis euros e sessenta e um centimos), tenha a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal €50 587,66

Para Distribuição de Dividendos..... €455 288,95

Lisboa, 23 de março de 2021

O Conselho de Administração

Carmen Becerril Martinez

Abengoa, S.A.
(vacante)

Carlos Martin de los Santos Bernardos

EDP – Energias de Portugal, S.A.
Pedro Neves Ferreira

Endesa Generación Portugal, S.A.
Adolfo Javier de Rueda Villén

Naturgy Energy Group
Alberto de Frutos Gonzalez

Iberdrola Generación España, S.A.U
Jose Luis Rapun Jimenez

Parcaixa, SGPS, S.A.
(vacante)

REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.
Maria José Menéres Duarte Pacheco Clara

REN Serviços, S.A.
Pedro Henriques Gomes Cabral

Viesgo Infraestructuras Energéticas, S.L.
(vacante)

10

**ACIONISTAS, ÓRGÃOS SOCIAIS
E PARTICIPADA**

10.1 Acionistas

OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A. (50%)

OMEL – Operador del Mercado Ibérico de Energía, Polo Español, S.A. (50%)

10.2 Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral triénio 2018 — 2020

Manuela Lopes dos Santos.....Presidente

Conselho de Administração triénio 2018 — 2020

(vacante)¹.....Presidente

Carmen Becerril MartinezVice Presidente

Abengoa, S.A. (vacante)²Vogal

Carlos Martin de los Santos BernardosVogal

EDP – Energias de Portugal, S.A. (Pedro Neves Ferreira)³.....Vogal

Endesa Generación Portugal, S.A. (Adolfo Javier de Rueda Villén)Vogal

Naturgy Energy Group⁴ (Alberto de Frutos Gonzalez⁵).....Vogal

Iberdrola Generación España, S.A.U (Jose Luis Rapun Jimenez).....Vogal

Parcaixa, SGPS, S.A. (vacante).....Vogal

REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A. (Maria José Menéres Duarte Pacheco Clara)Vogal

REN Serviços, S.A. (Pedro Henriques Gomes Cabral)Vogal

Viesgo Infraestructuras Energéticas, S.L. (vacante)⁶.....Vogal

Órgão de Fiscalização/Fiscal Único triénio 2018 — 2020

Ernest & Young Audit & Associados – SROC, S.A. (SROC)Efetivo

Pedro Miguel Borges Marques (ROC).....Suplente

10.3 Participada

OMIClear, C.C., S.A. - Participação de 50% no capital social de € 7 500 000,00.

1. Artur Álvaro Laureano Homem da Trindade renunciou em 17 de dezembro de 2020.

2. German Bejarano García renunciou em 6 de outubro de 2020.

3. Designado em 22 de janeiro de 2020. Autorizado pela CMVM em 15 de maio de 2020.

4. Antonio Canoyra Trabado renunciou em 24 de abril de 2020.

5. Designado em 24 de abril de 2020. Autorizado pela CMVM em 28 de agosto de 2020.

6. Francisco Rodríguez López renunciou em 22 de janeiro de 2021.

11

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS

A 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Balanço

		Unidade: Euros	
	Nota	31-12-2020	31-12-2019
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	7	26 035	51 998
Participações financeiras - Método equivalência patrimonial	8	5 436 098	5 333 811
Outros Investimentos financeiros	9	10 934	8 119
		5 473 067	5 393 928
Corrente			
Clientes	10	466 438	430 001
Outros créditos a receber	11	371 248	882 869
Diferimentos	12	24 389	35 912
Caixa e depósitos bancários	5	1 148 714	430 209
		2 010 789	1 778 991
Total do ativo		7 483 856	7 172 919
Capital próprio			
Capital subscrito	13	2 500 000	2 500 000
Prémio de emissão	14	1 193 711	1 193 711
Reservas legais	15	299 935	275 849
Ajustamentos/Outras variações nocapital próprio	16	1 114 928	1 114 928
Resultados transitados		1 025 810	1 025 810
		6 134 384	6 110 298
Resultado líquido do período		505 879	240 856
Total do capital próprio		6 640 263	6 351 154
Passivo			
Não corrente			
Financiamentos obtidos		-	15 421
		-	15 421
Corrente			
Fornecedores	17	242 431	257 097
Estado e outros entes públicos	18	194 064	109 071
Financiamentos obtidos	19	15 421	19 540
Outras dívidas a pagar	20	339 049	418 542
Diferimentos	12	52 628	2 094
		843 593	806 344
Total do passivo		843 593	821 765
Total do capital próprio e do passivo		7 483 856	7 172 919

As notas das páginas 38 a 60 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

	Nota	Unidade: Euros	
		31-12-2020	31-12-2019
Vendas e serviços prestados	21	2 737 014	2 788 245
Ganhos/(perdas) imputados de subsidiárias	8	102 287	27 749
Fornecimentos e serviços externos	22	(1 048 501)	(1 340 080)
Gastos com o pessoal	23	(1 376 989)	(1 265 903)
Outros rendimentos	24	374 970	275 314
Outros gastos	25	(118 162)	(130 752)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		670 619	354 573
(Gastos) / reversões de depreciação e de amortização	7	(31 180)	(31 202)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		639 439	323 371
Juros e gastos similares suportados	26	(467)	(802)
Resultados antes de impostos		638 972	322 569
Imposto sobre o rendimento do período	27	(133 093)	(81 713)
Resultado líquido do período		505 879	240 856
Resultado por ação básico		2,02	0,96

As notas das páginas 36 a 59 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Demonstração das alterações no capital próprio

	Nota	Capital realizado	Prémios de emissão	Reservas legais	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início de 2019		2 500 000	1 193 711	270 666	1 114 928	1 025 810	51 828	6 156 942
Alterações no período								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	5 183	-	46 644	(51 828)	-
		-	-	5 183	-	46 644	(51 828)	-
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	240 856	240 856
Resultado integral		-	-	-	-	-	240 856	240 856
Operações com detentores de capital no período								
Distribuições	28	-	-	-	-	(46 644)	-	(46 644)
		-	-	-	-	(46 644)	-	(46 644)
Posição no fim de 2019		2 500 000	1 193 711	275 849	1 114 928	1 025 810	240 856	6 351 154
Alterações no período								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		-	-	24 086	-	216 770	(240 856)	-
		-	-	24 086	-	216 770	(240 856)	-
Resultado líquido do período		-	-	-	-	-	505 879	505 879
Resultado integral		-	-	-	-	-	505 879	505 879
Operações com detentores de capital no período								
Distribuições	28	-	-	-	-	(216 770)	-	(216 770)
		-	-	-	-	(216 770)	-	(216 770)
Posição no fim de 2020		2 500 000	1 193 711	299 935	1 114 928	1 025 810	505 879	6 640 263

As notas das páginas 38 a 60 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

Demonstração de fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

		Unidade: Euros	
	Nota	31-12-2020	31-12-2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		3 911 651	3 126 761
Pagamentos a fornecedores		(1 322 031)	(1 482 192)
Pagamentos ao pessoal		(1 324 163)	(1 262 506)
Caixa gerada pelas operações		1 265 457	382 062
(Pagamento) / recebimento do imposto sobre o rendimento		(92 690)	(27 198)
Outros (pagamentos) / recebimentos		(447 952)	(273 106)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		724 815	81 759
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(6 310)	(4 574)
Fluxos de caixa das atividades de investimento		(6 310)	(4 574)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos e similares		-	(3 015)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		-	(3 015)
Variação de caixa e seus equivalentes		718 505	74 170
Caixa e seus equivalentes no início do período	5	430 209	356 038
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	1 148 714	430 209

As notas das páginas 38 a 60 constituem parte integrante das demonstrações financeiras existentes supra.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1 Identificação da entidade e período de relato

O OMIP – Pólo Português, S.G.M.R., S.A., cuja anterior denominação era OMIP – Operador do Mercado Ibérico de Energia (Pólo Português), S.G.M.R., S.A. foi constituído ao abrigo do Despacho n.º 360/ME/2003, de 6 de junho, do Senhor Ministro da Economia, tendo a respetiva escritura pública sido assinada em 16 de junho de 2003.3.

A sociedade iniciou a sua atividade em 10 de dezembro de 2003, tendo por objeto a organização e gestão de um sistema de suporte para a realização de transações e liquidações no âmbito do Mercado Ibérico de Energia, competindo-lhe, nomeadamente:

- a) a gestão de mercado organizado de contratação de energia a prazo;
- b) a intermediação dos agentes para efeitos de relacionamento comercial no âmbito do Mercado Ibérico de Eletricidade;
- c) a gestão de outros mercados de produtos de base energética;
- d) a prestação de serviços de liquidação no âmbito dos mercados organizados de energia;
- e) a prestação de serviços de liquidação para transações padronizadas em mercados não organizados de energia;
- f) a prestação de serviços de organização de mercados no âmbito da operação do sistema elétrico.

Desde 18 de outubro de 2011, o capital do OMIP, passou a ser detido em 50% pelo OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, S.A. (OMIP SGPS), e em 50% pelo OMEL – Operador del Mercado Iberico de Energía, Polo Español, S.A. (OMEL).

Até 12 de setembro de 2013, o OMIP deteve a totalidade das ações representativas do capital social da empresa, OMIClear, C.C., S.A. (OMIClear), que tem como objeto social a gestão de uma câmara de compensação com assunção de contraparte central e de um sistema de liquidação. Atualmente detém 50% das ações.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas em Conselho da Administração, na reunião de 23 de março de 2021, estando ainda sujeitas a aprovação por parte dos acionistas. É da opinião do Conselho de Administração que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do OMIP, bem como a sua posição e *performance* financeira e fluxos de caixa.

2 Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas contabilísticas e de relato financeiro (NCRF), emitidas e em vigor ou emitidas e adotadas à data de 31 de dezembro de 2020.

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o SNC requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pelo OMIP, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na Nota 4.18.

2.2. Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do período a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista no SNC.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes das presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do período anterior.

4 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras, preparadas no pressuposto da continuidade das operações, são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados, salvo indicação contrária.

4.1. Participações financeiras – Empresas Associadas

Filiais são todas as entidades (incluindo as entidades com finalidades especiais) sobre as quais o OMIP tem o poder de decidir sobre as políticas financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados quando se avalia se o OMIP detém o controlo sobre uma entidade.

As participações em filiais estão relevadas pelo valor resultante da aplicação do método da equivalência patrimonial. Segundo este método, a quota-parte dos resultados verificados em filiais e associadas, proporcionais às participações detidas, são incluídos na demonstração de resultados e a quota-parte dos seus patrimónios líquidos, considerando quaisquer acréscimos implícitos provenientes de valores de ajustamentos de justo valores e de trespases, são refletidas no balanço. Estes valores são apurados a partir das demonstrações financeiras aprovadas das filiais e associadas respetivas, ou, na falta das mesmas, com base nas melhores estimativas possíveis, as quais têm como data de referência a do ano financeiro da Empresa.

4.2. Conversão cambial

4.2.1 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras do OMIP e respetivas notas deste anexo são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

4.2.2 TRANSAÇÕES E SALDOS

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes do pagamento / recebimento das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do Balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, nas rubricas de Juros e rendimentos similares obtidos e Juros e gastos similares suporta-

dos, se relacionadas com financiamentos ou em Outros rendimentos ou Outros gastos, para todos os outros saldos / transações.

4.2.3 COTAÇÕES UTILIZADAS

As cotações de moeda estrangeira utilizadas para conversão de saldos expressos em moeda estrangeira, foram como segue:

Moeda	2020	2019
USD	1,2271	1,1234
GBP	0,8990	0,8508

4.3. Ativos fixos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se valorizados ao custo deduzido de depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Este custo inclui o custo estimado à data de transição para as NCRF, e os custos de aquisição para ativos obtidos após essa data.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para a sua entrada em funcionamento.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

Os encargos com reparação e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados de forma sistemática com base no método das quotas constantes, pelo período da vida útil estimada.

	Anos
Equipamento de transporte	Entre 3 e 5 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 e 10 anos

As vidas úteis dos ativos são revistas no final do ano para cada ativo, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e são aplicadas prospectivamente.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

4.4. Imparidade de ativos

Os ativos com vida útil finita são testados para imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolvidas indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras não seja recuperável.

Sempre que o valor recuperável determinado é inferior ao valor contabilístico dos ativos, a Empresa avalia se a situação de perda assume um carácter permanente e definitivo, e se sim regista a respetiva perda por imparidade. Nos casos em que a perda não é considerada permanente e definitiva, é feita a divulgação das razões que fundamentam essa conclusão.

O valor recuperável é o maior entre o justo valor do ativo deduzido dos custos de venda e o seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa).

Os ativos não financeiros, que não o *goodwill*, para os quais tenham sido reconhecidas perdas por imparidade são avaliados, a cada data de relato, sobre a possível reversão das perdas por imparidade.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

4.5. Ativos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos ativos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com o objetivo da sua compra, reavaliando esta classificação a cada data de relato.

Os ativos financeiros podem ser classificados como:

- a) Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados - incluem os ativos financeiros não derivados detidos para negociação respeitando a investimentos de curto prazo e ativos ao justo valor por via de resultados à data do reconhecimento inicial;
- b) Empréstimos concedidos e contas a receber – inclui os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo;
- c) Investimentos detidos até à maturidade – incluem os ativos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis e maturidades fixas, que a entidade tem intenção e capacidade de manter até à maturidade;
- d) Ativos financeiros disponíveis para venda – incluem os ativos financeiros não derivados que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como ativos não correntes exceto se houver intenção de alienar nos 12 meses seguintes à data do balanço.

Compras e vendas de investimentos em ativos financeiros são registadas na data da transação, ou seja, na data em que o OMIP se compromete a comprar ou a vender o ativo.

Ativos financeiros ao justo valor por via de resultados são reconhecidos inicialmente pelo justo valor, sendo os custos da transação reconhecidos em resultados. Estes ativos são mensurados subsequentemente ao justo valor, sendo os ganhos e perdas resultantes da alteração do justo valor, reconhecidos nos resultados do período em que ocorrem na rubrica de custos financeiros líquidos, onde se incluem também os montantes de rendimentos de juros e dividendos obtidos.

Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor acrescido dos custos de transação. Nos períodos subsequentes, são mensurados ao justo valor sendo a variação do justo valor reconhecida na reserva de justo valor no capital. Os dividendos e juros obtidos dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do período em que ocorrem, na rubrica de outros ganhos operacionais, quando o direito ao recebimento é estabelecido.

O justo valor de ativos financeiros cotados é baseado em preços de mercado (“bid”). Se não existir um mercado ativo, o OMIP estabelece o justo valor através de técnicas de avaliação. Estas técnicas incluem a utilização de preços praticados em transações recentes, desde que as condições de mercado permitam a comparação com instrumentos substancialmente semelhantes, e o cálculo de “cash-flows” descontados quando existe informação disponível, privilegiando informação de mercado em detrimento da informação interna da entidade visada.

As contas a receber são classificadas no balanço como “Outros créditos a receber”. O ajustamento pela imparidade de créditos a receber é efetuado quando existe evidência objetiva de que a Empresa não terá a capacidade de receber os montantes em dívida de acordo com as condições iniciais das transações que lhe deram origem.

4.6. Clientes e outros créditos a receber

As rubricas de Clientes e Outros créditos a receber constituem direitos a receber pela venda de bens ou serviços no decurso normal do negócio do OMIP, são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (quando aplicável). Sempre que exista um acordo formal para o diferimento dos montantes a receber, o justo valor da retribuição é determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados pelo prazo de reembolso previsto.

As perdas por imparidade de clientes e outros créditos a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação. As perdas por imparidade identificadas são registadas na Demonstração dos resultados, em Imparidade de dívidas a receber, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade deixem de se verificar.

4.7. Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica de Caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos obtidos, e são considerados na elaboração da Demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa.

4.8. Capital subscrito

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

4.9. Fornecedores e Outras dívidas a pagar

As rubricas de Fornecedores e Outras dívidas a pagar constituem obrigações de pagar pela aquisição de bens ou serviços sendo reconhecidas inicialmente ao justo valor, e subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

4.10. Passivos financeiros

O Conselho de Administração determina a classificação dos passivos financeiros, na data do reconhecimento inicial de acordo com a NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os passivos financeiros podem ser classificados / mensurados como:

- a) Ao custo ou custo amortizado menos qualquer perda por imparidade;
- b) Ao justo valor com as alterações de justo valor a ser reconhecidas na demonstração de resultados.

O OMIP classifica e mensura ao custo ou ao custo amortizado, os passivos financeiros: (i) que em termos de prazo sejam à vista ou tenham maturidade definida; (ii) cuja remuneração seja de montante fixo, de taxa de juro fixa ou de taxa variável correspondente a um indexante de mercado; e (iii) que não possuam nenhuma cláusula contratual da qual possa resultar uma alteração à responsabilidade pelo reembolso do valor nominal e do juro acumulado a pagar.

Para os passivos registados ao custo amortizado, os juros obtidos a reconhecer em cada período são determinados de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

São registados ao custo ou custo amortizado os passivos financeiros que constituem financiamentos obtidos, dívidas a pagar (fornecedores, outros credores, etc.) e instrumentos de capital próprio bem como

quaisquer contractos derivados associados, que não sejam negociados em mercado ativo ou cujo justo valor não possa ser determinado de forma fiável.

Uma entidade deve desreconhecer um passivo financeiro (ou parte de um passivo financeiro) apenas quando este se extinguir, isto é, quando a obrigação estabelecida no contrato seja paga, cancelada ou expire.

4.11. Imposto sobre o rendimento

A empresa está sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 17% sobre a matéria coletável até € 15 000, aplicando-se a taxa de 21% para a restante matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurado, acresce ainda Derrama, incidente sobre o lucro tributável registado e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5% bem como a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do Código do IRC. No apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico os montantes não aceites fiscalmente. Esta diferença, entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

O imposto sobre o rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

4.12. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas quando o OMIP tem: (i) uma obrigação presente, legal ou construtiva resultante de eventos passados; (ii) para a qual é mais provável de que não que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e (iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, o OMIP divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

4.13. Locações

Locações de ativos fixos tangíveis, relativamente às quais o OMIP detém substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo são classificadas como locações financeiras. São igualmente classificados como locações financeiras os acordos em que a análise de uma ou mais situações particulares do contrato aponte para tal natureza. Todas as outras locações são classificadas como locações operacionais.

As locações financeiras são capitalizadas no início da locação pelo menor entre o justo valor do ativo locado e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação, cada um determinado à data de início do contrato. A dívida resultante de um contrato de locação financeira é registada líquida de encargos financeiros, na rubrica de Financiamentos obtidos. Os encargos financeiros incluídos na renda e a depreciação dos ativos locados, são reconhecidos na Demonstração dos resultados, no período a que dizem respeito.

Os ativos tangíveis adquiridos através de locações financeiras são depreciados pelo menor entre o período de vida útil do ativo e o período da locação quando o OMIP não tem opção de compra no final do contrato, ou pelo período de vida útil estimado quando o OMIP tem a intenção de adquirir os ativos no final do contrato.

Nas locações consideradas operacionais, as rendas a pagar são reconhecidas como custo na Demonstração dos resultados numa base linear, durante o período da locação.

4.14. Gastos e rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos períodos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

4.15. Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo à venda de bens e/ou serviços no decurso normal da atividade do OMIP. Os réditos são apresentados líquidos de quaisquer montantes reais, estimados ou ambos relativos a devoluções de vendas, descontos comerciais, descontos de quantidade e descontos de pré ou pronto pagamento. Estes montantes são estimados com base em informações históricas, termos contratuais específicos ou das expectativas futuras relativamente à evolução dos réditos, os quais são deduzidos no momento em que o rédito é reconhecido, mediante a contabilização de passivos apropriados. Sempre que exista um acordo formal para o diferimento dos montantes a receber, o justo valor da retribuição é determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva, que corresponde à taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados pelo prazo de reembolso previsto.

O rédito da venda de produtos é reconhecido quando: (i) o valor do rédito pode ser estimado com fiabilidade; (ii) é provável que benefícios económicos fluam para o OMIP; e (iii) parte significativa dos riscos e benefícios tenham sido transferidos para o comprador.

O rédito da prestação de serviços é reconhecido de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço.

4.16. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos aos acionistas do OMIP é reconhecida como uma responsabilidade nas demonstrações financeiras no período em que os dividendos são aprovados pelos seus sócios.

4.17. Compensação de saldos e transações

Os ativos, passivos, rendimentos e gastos não são compensados, salvo se exigido ou permitido pelas NCRF.

4.18. Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras do OMIP são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e

os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do período seguinte são as que seguem:

ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

4.18.1. Provisões

O OMIP analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

4.18.2. Ativos tangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação / amortização a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações / amortizações a reconhecer na Demonstração dos resultados de cada período.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento da Administração para os ativos e negócios em questão, considerando, sempre que possível, as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.

4.18.3. Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do OMIP, tais como: (i) a disponibilidade futura de financiamento; e (ii) o custo de capital ou quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, ao OMIP.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

4.19. Acontecimentos após a data do Balanço

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se considerados materiais.

5 Fluxos de caixa

5.1. Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

O OMIP não possui qualquer saldo de Caixa ou equivalente de caixa com restrições de utilização para os períodos apresentados.

5.2. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o detalhe de caixa e depósitos bancários é o seguinte:

	31-12-2020	31-12-2019
Caixa	887	2 021
Depósitos bancários	1 147 827	428 188
	1 148 714	430 209

O detalhe do montante considerado como saldo final na rubrica de Caixa e equivalentes de caixa, para efeitos da elaboração da Demonstração dos fluxos de caixa relativa aos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é como segue:

	31-12-2020	31-12-2019
Numerário		
- Caixa	887	2 021
	887	2 021
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	1 147 827	428 188
	1 147 827	428 188
	1 148 714	430 208

6 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

6.1. Alterações nas normas

Não foram publicadas no presente período novas normas, alterações ou interpretações efetuadas a normas existentes que devessem ser consideradas pelo OMIP.

6.2. Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificou no período qualquer alteração nas políticas contabilísticas consideradas na preparação das presentes demonstrações financeiras.

6.3. Alterações nas estimativas contabilísticas

Não se verificou no período qualquer alteração nas estimativas contabilísticas consideradas na preparação das presentes demonstrações financeiras.

6.4. Erros de períodos anteriores

Não se verificou no período qualquer correção de erros identificados relativamente a períodos anteriores.

7 Ativos fixos tangíveis

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019 os movimentos registados na rubrica de Ativos fixos tangíveis foram como segue:

	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Total
1 de janeiro de 2019			
Custo de aquisição	87 406	1 749 508	1 836 914
Depreciações acumuladas	(28 186)	(1 734 585)	(1 762 771)
Valor líquido	59 220	14 923	74 143
Adições	-	9 057	9 057
Depreciação - período	(21 851)	(9 350)	(31 202)
Valor líquido	37 368	14 630	51 999
31 de dezembro de 2019			
Custo de aquisição	87 406	1 758 565	1 845 971
Depreciações acumuladas	(50 038)	(1 743 935)	(1 793 973)
Valor líquido	37 368	14 630	51 998

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2020 os movimentos registados na rubrica de Ativos fixos tangíveis foram como segue:

	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Total
1 de janeiro de 2020			
Custo de aquisição	87 406	1 758 565	1 845 971
Depreciações acumuladas	(50 038)	(1 743 935)	(1 793 973)
Valor líquido	37 368	14 630	51 998
Adições		5 217	5 217
Depreciação - período	(21 851)	(9 329)	(31 180)
Valor líquido	15 517	10 518	26 035
31 de dezembro de 2020			
Custo de aquisição	87 406	1 763 782	1 851 188
Depreciações acumuladas	(71 889)	(1 753 264)	(1 825 153)
Valor líquido	15 517	10 518	26 035

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas na rubrica Gastos / reversões de depreciação e de amortização da Demonstração dos resultados pela sua totalidade.

As adições em ativos fixos tangíveis realizadas no período findo em 31 de dezembro de 2020 respeitam, essencialmente, a investimentos realizados em equipamento.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o OMIP utilizava os seguintes bens adquiridos em locação financeira:

Locações financeiras	31-12-2020	31-12-2019
Valor bruto	87 406	87 406
Depreciações acumuladas	(71 889)	(50 038)
	15 517	37 368

8 Participações financeiras – Método da equivalência patrimonial

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o investimento em empresas associadas corresponde a 50% do capital da OMIClear – C.C., S.A.

O detalhe em relação à empresa associada é o seguinte:

	31-12-2020	31-12-2019
	OMIClear	OMIClear
Ativos		
Não correntes	284 958	287 210
Correntes	221 726 894	217 176 469
	222 011 852	217 463 679
Passivos		
Não correntes	-	-
Correntes	211 139 657	206 796 056
	211 139 657	206 796 056
Capital Próprio	10 872 195	10 667 623
Atividade no ano		
Rendimentos	3 526 237	2 594 357
Gastos	(3 321 664)	(2 538 859)
Resultado líquido	204 573	55 498
% participação detida	50%	50%
	102 287	27 749

A movimentação da participação financeira nos períodos apresentados é como segue:

	OMIClear
1 de janeiro de 2019	5 306 062
Ganhos / (Perdas)	27 749
Outros movimentos no Capital	-
31 de dezembro de 2019	5 333 811
Ganhos / (Perdas)	102 287
31 de Dezembro 2019	5 436 098

Em 2020 e 2019 não foram recebidos quaisquer dividendos da OMIClear.

9 Outros investimentos financeiros

Os valores apresentados nesta rubrica referem-se às contribuições mensais efetuadas pela Empresa para o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), nos termos da Lei nº 70/2013.

10 Clientes

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 a decomposição da rubrica de Clientes é como segue:

	31-12-2020			31-12-2019		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Clientes - Partes relacionadas (nota 32)	52 241	-	52 241	410 491	-	410 491
Clientes - Terceiros	414 197	-	414 197	19 510	-	19 510
	466 438	-	466 438	430 001	-	430 001
Imparidade	-	-	-	-	-	-
	466 438	-	466 438	430 001	-	430 001

O aumento da dívida dos clientes – terceiros deve-se sobretudo à fatura para a Adene – Agência para a Energia no valor de 380 071, 96 Euros efetuada a 28 de dezembro, estando, portanto, em dívida à data de fecho do exercício.

Mais se informa que a fatura foi liquidada no início de janeiro de 2021.

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

11 Outros Créditos a receber

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a decomposição da rubrica de créditos a receber é como segue:

	31-12-2020			31-12-2019		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Adiantamentos	66	-	66	-	-	-
Outros Devedores						-
OMIClear (Nota 32)	211 223	-	211 223	573 957	-	573 957
OMIP SGPS (Nota 32)	6 019	-	6 019	18 620	-	18 620
OMIP SA (Nota 32)	8 113	-	8 113	-	-	-
REN - Gasodutos (Nota 32)	45 482	-	45 482	46 582	-	46 582
Adene	47 225	-	47 225	47 225	-	47 225
Outros	-	-	-	110	-	110
Acréscimos de rendimentos						
Outros	53 120	-	53 120	196 375	-	196 375
	371 248	-	371 248	882 869	-	882 869
Imparidade	-	-	-	-	-	-
	371 248	-	371 248	882 869	-	882 869

Detalhe dos outros acréscimos de rendimentos:

	31-12-2020	31-12-2019
Acréscimo de GPMC	11 140	22 280
REMIT - Fase II - Q4	-	64 710
Acréscimo da EEX - Q4	30 245	44 361
Leilões	-	50 000
Diversos	11 735	15 024
TOTAL	53 120	196 375

Para os períodos apresentados não existem diferenças entre os valores contabilísticos e o seu justo valor.

12 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o OMIP tem registado na rubrica de Diferimentos os seguintes saldos:

Ativos

	31-12-2020	31-12-2019
Seguros	5 708	5 468
Quotas	4 167	741
Bloomberg	3 711	3 868
Outros	10 803	25 835
	24 389	35 912

Passivos

	31-12-2020	31-12-2019
Outros	52 628	2 094
	52 628	2 094

13 Capital

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o capital social do OMIP, no montante de € 2 500 000, encontra-se totalmente realizado e é composto por 250 000 ações, de valor nominal de € 10 cada.

O detalhe do capital social a 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 é como segue:

	% participação	Capital
OMIP SGPS	50,00%	1.250.000
OMEL	50,00%	1.250.000
	100,00%	2.500.000

14 Prémio de emissão

Os prémios de emissão, no montante de € 1 193 711 Euros, resultaram de um aumento de capital social ocorrido em 2004 com a entrada do OMEL no capital da Empresa e um reforço de capital do anterior acionista REN. Posteriormente, parte deste valor foi utilizado para fazer face a um aumento de capital.

15 Reservas legais

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital.

A 31 de dezembro de 2020 esta reserva ascende a € 299 935 (2019: € 275 849), não perfazendo ainda 20% do capital social.

16 Ajustamentos no capital próprio

O montante de € 1 114 928 Euros evidenciado nesta rubrica corresponde à reavaliação da OMIClear após a venda de 50% efectuada pelo OMIP ao OMIE em setembro de 2013.

17 Fornecedores

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 a decomposição da rubrica de Fornecedores, integralmente correntes, é como segue:

	31-12-2020	31-12-2019
Fornecedores	242 431	257 097
	242 431	257 097

18 Estado e outros entes públicos

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 a decomposição da rubrica de Fornecedores, integralmente correntes, é como segue:

	31-12-2020		31-12-2019	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto sobre o rendimento - IRC	-	73 135	-	32 732
Imposto sobre o rendimento - IRS	-	50 791	-	20 622
Imposto sobre o valor acrescentado - IVA	-	45 226	-	34 315
Contribuições para a segurança social	-	24 912	-	21 402
	-	194 064	-	109 071

Para os períodos apresentados o saldo do Imposto sobre o rendimento - IRC tem a seguinte decomposição:

	31-12-2020	31-12-2019
Pagamento por conta	59 958	48 981
Estimativa de IRC	(133 093)	(81 713)
	(73 135)	(32 732)

19 Financiamentos obtidos

No período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a decomposição da rubrica de Financiamentos apresentava-se como segue:

	31-12-2020			31-12-2019		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Locações financeiras	15 421	-	15 421	19 540	15 421	34 961
	15 421	-	15 421	19 540	15 421	34 961

20 Outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o detalhe da rubrica de Outras dívidas a pagar é como segue:

	31-12-2020			31-12-2019		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Outros credores						
Outros	37 141	-	37 141	86 613	-	86 613
	37 141	-	37 141	86 613	-	86 613
Credores por acréscimos de gastos						
Gastos com o pessoal	279 149	-	279 149	281 331	-	281 331
Outros	22 759	-	22 759	50 598	-	50 598
	301 908	-	301 908	331 929	-	331 929
	339 049	-	339 049	418 542	-	418 542

21 Serviços prestados

O montante de Serviços prestados reconhecido na Demonstração dos resultados é detalhado como se segue:

	31-12-2020	31-12-2019
Serviços prestados no âmbito do Gás Natural	816 197	826 826
Fees variáveis	419 301	469 442
Licenças	428 342	426 558
Fees de admissão e manutenção	397 772	404 849
Remit	213 280	243 060
Serviços prestados no âmbito da Eletricidade	150 000	150 000
Market Monitoring	120 000	120 000
EEX	166 372	134 260
Formação	25 750	12 750
Outros	-	500
	2 737 014	2 788 245

Os serviços de sustentação do sistema gestão encontram-se evidenciados na rubrica de Outros Rendimentos.

Nesta rubrica salientamos um aumento sobretudo dos fees da EEX e das formações. Os serviços prestados à ADENE diminuíram, diminuição essa já prevista pela empresa visto que nos aproximamos para o término do contrato e a maioria dos desenvolvimentos foram já efetuados

De um modo geral, os proveitos derivados do mercado diminuíram, muito em parte devido à pandemia. O Remit, diminuiu porque desde outubro de 2019 este serviço passou a ser prestado por outra empresa do grupo, OMIClear Sucursal em Espanha.

22 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos custos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	31-12-2020	31-12-2019
Trabalhos especializados	875 842	1 127 843
Deslocações e estadas	23 939	53 580
Rendas e alugueres (inclui condomínio)	43 687	44 244
Materiais	33 387	32 542
Despesas de representação	13 951	22 361
Seguros	17 550	17 533
Energia e fluídos	6 358	10 126
Comunicações	16 493	9 650
Honorários	4 327	6 538
Outros (individualmente inferiores a 5 000 Euros)	12 967	15 663
	1 048 501	1 340 080

A rubrica mais relevante dos fornecimentos e serviços externos são os trabalhos especializados, os quais incluem: (i) trabalhos de manutenção de sistemas e acessos a plataformas informáticas, e; (ii) fees de gestão que compensam dentro do grupo o esforço dedicado pelos restantes colaboradores do grupo ao OMIP.

A rubrica de trabalhos especializados sofreu uma diminuição, devido ao projeto de GPMC com a Adene que se iniciou em julho de 2018. O Projeto já não requer aquisição de serviços extras tal como aconteceu no seu arranque.

23 Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal incorridos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foram como segue:

	31-12-2020	31-12-2019
Remunerações		
Órgãos sociais	283 309	277 804
Pessoal	820 231	746 501
	1 103 540	1 024 305
Encargos sobre remunerações	246 895	227 221
Outros	26 554	14 377
	273 449	241 598
	1 376 989	1 265 903

O aumento dos custos com o pessoal, deve-se sobretudo a aumento de vencimentos dos colaboradores.

O aumento dos custos com os órgãos sociais é devido ao facto de os prémios pagos em 2020 terem sido superiores aos pagos em 2019. Por este motivo em 2020 não houve qualquer correção aos prémios não pagos.

O número médio de colaboradores do OMIP em 2020 foi de 15 (2019: 13).

24 Outros rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos apresenta a seguinte composição:

	31-12-2020	31-12-2019
Fees de gestão (Nota 32)	350 697	267 741
Correções de períodos anteriores	2 581	5 086
Outros	21 692	2 487
	374 970	275 314

A rubrica *Fees de gestão* inclui os valores debitados pelo OMIP às empresas do grupo, pelo facto de disponibilizar recursos humanos para serem afetos a trabalhos decorrentes da atividade dessas empresas.

Os valores debitados a cada entidade são 195 000 Euros para a OMIClear, 55 437 Euros para o OMIP SGPS e 100 260 Euros para o OMIP, SA.

25 Outros gastos

A rubrica de Outros gastos apresenta a seguinte composição:

	31-12-2020	31-12-2019
Custos com operações de mercado	74 420	82 224
Quotizações	24 811	23 639
Impostos	6 951	8 547
Correcção de exercícios anteriores	-	7 823
Donativo	1 503	-
Outros	10 477	8 519
	118 162	130 752

A rubrica de Custos com operações de mercado inclui essencialmente as comissões fixas mensais cobradas pelos criadores de mercado (*market makers*). Estes membros garantem os níveis adequados de liquidez e profundidade de ofertas de mercado. A variação registada resulta do facto de em 2020 os volumes de negociação terem sido inferiores ao ano de 2019. Encontra-se igualmente incluído nestes custos uma comissão que a CMVM começou a cobrar em 2018, a qual varia de acordo com o volume negociado.

A rubrica Quotizações inclui os gastos que a Empresa suportou durante o ano de 2020 por ser associada de entidades do sector, como a Associação Portuguesa de Energia, APEX (*Association of Power Exchanges*) e o EUROPEX, entre outras.

26 Gastos e rendimentos financeiros

O detalhe dos gastos e rendimentos financeiros nos períodos de 2020 e 2019 é como segue:

	31-12-2020	31-12-2019
Gastos financeiros		
Outros gastos financeiros	467	802
	467	802

27 Imposto sobre o rendimento

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 a rubrica de Imposto sobre o rendimento do período apresenta o seguinte detalhe:

	31-12-2020	31-12-2019
Imposto sobre o rendimento corrente	133 093	81 713
	133 093	81 713

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data de Balanço do período findo em 31 de dezembro de 2020 foi de 17% até € 15 000, para o restante valor da coleta 21% e a derrama de 1,5% (2019: 17% até € 15 000, para o restante valor da colecta 21% e a derrama de 1,5%).

27.1. Impostos diferidos

A 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 não existem situações geradoras de ativos ou passivos por impostos diferidos.

27.2. Reconciliação da taxa de imposto

A reconciliação da taxa efetiva de imposto nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é evidenciada como segue:

	31-12-2020		31-12-2019	
Resultado antes de imposto	15 000	623 972	15 000	307 569
Taxa de imposto	17,0%	21,0%	17,0%	21,0%
	2 550	131 034	2 550	64 589
	133 584		67 139	
Gastos não aceites	3 149		5 351	
Rendimentos não tributados	(24 627)		(9 377)	
Derrama	8 050		4 551	
Tributação autónoma	12 937		14 049	
	133 093		81 713	
Imposto sobre o rendimento corrente	133 093		81 713	
Imposto sobre o rendimento	133 093		81 713	
Taxa efetiva de imposto	20,8%		25,3%	

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas demonstrações financeiras é conforme segue:

	2020	2019
Taxa de imposto até € 15 000	17,00%	17,00%
Taxa de imposto para o remanescente	21,00%	21,00%
Derrama	1,50%	1,50%
	20,50%	20,50%

28 Dividendos

O OMIP pagou dividendos durante o período findo em 31 de dezembro de 2020 no valor de € 216 770,40 aos acionistas OMIP SGPS e OMEL, na proporção das participações no capital da empresa (Em 2019 foram pagos € 46 644 como dividendos).

O pagamento dos dividendos, foi sujeito a retenção na fonte à taxa de 25%. Em 2020 o valor pago após a retenção foi de € 189 674,10.

29 Compromissos

A 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 não existiam outros compromissos assumidos pela Empresa e não refletidos nas demonstrações financeiras.

30 Contingências

PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o OMIP não apresenta qualquer passivo contingente.

ATIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o OMIP não apresenta qualquer ativo contingente.

31 Informações exigidas por diplomas legais

Nos termos do n.º 1 do art.º 21º do Decreto-Lei n.º 411/91, de 17 de Outubro, o OMIP confirma não ser devedor de quaisquer contribuições vencidas à Segurança Social; mais informa não ser devedor de qualquer dívida perante a Fazenda Nacional.

32 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2020, o OMIP era detido em 50% pelo OMIP – Operador do Mercado Ibérico (Portugal), SGPS, SA e em 50% pelo OMEL – Operador del Mercado Ibérico de Energia, Pólo Español, SA:

NATUREZA DO RELACIONAMENTO COM AS PARTES RELACIONADAS:

Acionistas:

- OMIP, SGPS
- OMEL

Subsidiárias:

- OMIClear – C.C., SA

Outras partes relacionadas:

- OMI – Polo Español, SA
- REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A.
- REN – Gasodutos, S.A.
- REN – Serviços, S.A.
- Caixa Geral de Depósitos, S.A.
- Banco Comercial Português, S.A.
- EDP – Energias de Portugal, S.A.
- Naturgy Energy Group, S.A.
- Iberdrola Generación Española, S.A.U.

32.1. Transações com acionistas:

Durante os períodos apresentados o OMIP efetuou as seguintes transações com os acionistas:

	31-12-2020	31-12-2019
Compras de serviços		
OMIP SGPS	25 350	25 350
	25 350	25 350
Serviços prestados		
OMIP SGPS	55 437	55 437
	55 437	55 437

32.2. Saldos devedores e credores com acionistas

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 os saldos resultantes de transações efetuadas com acionistas são os seguintes:

	31-12-2020	31-12-2019
Outros créditos a receber		
OMIP SGPS (nota 11)	6 019	18 620
	6 019	18 620
Outras dívidas a pagar		
OMIP SGPS (nota 20)	-	7 795
	-	7 795

32.3. Transações com subsidiárias:

Durante os períodos apresentados o OMIP efetuou as seguintes transações com a subsidiária OMIClear:

	31-12-2020	31-12-2019
Compras de serviços		
OMIClear	85 344	85 344
	85 344	85 344
Serviços prestados		
OMIClear	195 000	212 304
	195 000	212 304

32.4. Saldos devedores e credores com subsidiárias:

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 os saldos resultantes de transações efetuadas com subsidiárias são os seguintes:

	31-12-2020	31-12-2019
Outros créditos a receber		
OMIClear (nota 11)	211 223	573 957
	211 223	573 957
Outras dívidas a pagar		
OMIClear (nota 20)	-	39 527
	-	39 527

32.5. Transações com outras partes relacionadas:

Durante os períodos apresentados o OMIP efetuou as seguintes transações com as seguintes entidades:

	31-12-2020	31-12-2019
Serviços prestados		
REN - Gasodutos	237 000	298 750
OMIE	120 000	120 000
OMIP SA	100 260	-
	457 260	418 750

32.6. Saldos devedores e credores com outras partes relacionadas:

No final dos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 os saldos resultantes de transações efetuadas com outras partes relacionadas são as seguintes:

	<u>31-12-2020</u>	<u>31-12-2019</u>
Cientes		
REN - Gasodutos (nota 10)	22 140	360 390
OMIE (nota 10)	30 101	50 101
	<u>52 241</u>	<u>410 491</u>
Outros créditos a receber		
REN - Gasodutos (nota 11)	45 482	46 582
OMIP SA (nota 11)	8 113	-
	<u>53 595</u>	<u>46 582</u>

32.7. Remunerações da Administração

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 as remunerações auferidas pelo Conselho de Administração do OMIP foram as seguintes:

	<u>31-12-2020</u>	<u>31-12-2019</u>
Salários e outras remunerações de curto prazo	283 309	277 804
	<u>283 309</u>	<u>277 804</u>

33 Eventos subsequentes

Até à data de aprovação das presentes demonstrações financeiras, a Administração não tomou conhecimento de quaisquer eventos subsequentes que devam ser alvo de registo ou divulgação nas mesmas.

34 Proposta de aplicação de resultados

O Conselho de Administração, nos termos e para os efeitos do artigo 25.º dos Estatutos da Sociedade; deliberou propor que o resultado líquido do período de 2020 no valor positivo de € 505 876,61 (Quinhentos e cinco mil oitocentos e setenta e seis euros e sessenta e um centavos), tenha a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal	€ 50 587,66
Para Distribuição de Dividendos.....	€ 455 288,95

Lisboa, 23 de março de 2021

O Conselho de Administração

Carmen Becerril Martinez

Abengoa, S.A.
(vacante)

Carlos Martin de los Santos Bernardos

EDP – Energias de Portugal, S.A.
Pedro Neves Ferreira

Endesa Generación Portugal, S.A.
Adolfo Javier de Rueda Villén

Naturgy Energy Group
Alberto de Frutos Gonzalez

Iberdrola Generación España, S.A.U
Jose Luis Rapun Jimenez

Parcaixa, SGPS, S.A.
(vacante)

REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, S.A.
Maria José Menéres Duarte Pacheco Clara

REN Serviços, S.A.
Pedro Henriques Gomes Cabral

Viesgo Infraestructuras Energéticas, S.L.
(vacante)

A contabilista certificada

Manuela Lopes dos Santos
Técnico de contas, n.º 85946

12

ANEXOS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

01/02



**Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.**
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de OMIP - Polo Português, S.G.M.R., S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 7.483.856 euros e um total de capital próprio de 6.640.263 euros, incluindo um resultado líquido de 505.879 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração de Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e o Anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de OMIP - Polo Português, S.G.M.R., S.A. em 31 de dezembro de 2020, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

02/02



OMIP - Polo Português, S.G.M.R., S.A.
Certificação Legal das Contas
31 de dezembro de 2020

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 16 de abril de 2021

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Rui Abel Serra Martins - ROC n.º 1119
Registado na CMVM com o n.º 20160731

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

01/02



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto no artigo 420 al. g) do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de OMIP – Polo Português, S.G.M.R., S.A. (a Entidade), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

No decurso do exercício, acompanhamos a atividade da Entidade tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- Verificamos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- Verificamos, quando julgamos conveniente, da forma que julgamos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à Entidade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- Verificamos a adequabilidade dos documentos de prestação de contas;
- Verificamos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados nas contas conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Entidade;
- Fiscalizamos a eficácia do sistema de gestão de riscos, dos sistemas de controlo interno e do sistema de auditoria interna;
- Confirmamos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais aplicáveis e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- Averiguamos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade; e
- Cumprimos as demais atribuições constantes da lei.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuamos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal de contas que efetuamos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas sem reservas e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

02/02



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização de OMIP - Polo Português, S.G.M.R., S.A. (a Entidade) nos termos do artigo 420 do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 2020 cumpre com os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 2020 satisfaz os requisitos previstos no Código das Sociedades Comerciais; e
- (c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 2020, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 16 de abril de 2021

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Rui Abel Serra Martins - ROC n.º 1119
Registado na CMVM com o n.º 20160731



OMIP – Pólo Português, S.G.M.R., S.A.

Av. Casal Ribeiro, n.º 14 – 8.º // 1000-092 Lisboa - Portugal

www.omip.eu // omip@omip.pt

Tel: +351 21 000 6000 // Fax: +351 21 000 6001